

## “DIZ-ME COMO TE CHAMAS, DIR-TE-EI QUEM ÉS”: Amostra antroponímica do Porto e seu termo (1431- 1438)

Vanessa Azevedo Reis

[reis.va96@gmail.com](mailto:reis.va96@gmail.com)

### Resumo

Partindo de dois documentos distintos (Atas de Vereação da cidade do Porto e Livro da Abertura da Rua Nova) este trabalho analisa as tendências da antroponímia medieval na cidade do Porto e seu termo entre 1431 e 1438, procurando estabelecer paralelos com os padrões nacionais e europeus. Simultaneamente, tenta explicar as tendências observadas apoiando-se em aspetos socioculturais, tais como influências da religião, da sociedade e do meio no corpus onomástico.

**Palavra-chave:** antroponímia portuguesa, onomástica, Porto, Livro da Abertura da Rua Nova, Vereações da cidade do Porto.

### Abstract

Based on two different documents (the Atas de Vereação of the city of Oporto and the Livro da Abertura da Rua Nova) this article analyses the trends in medieval anthroponymy in the city of Oporto and it's surroundings between 1431 and 1438, putting them in context with the national and European standards. Simultaneously, it also tries to explain the verified trends, connecting them with sociocultural aspects, such as the influence of religion, of society and the natural environment in the on the onomastic corpus.

**Keywords:** portuguese anthroponymia, onomastic, Oporto, Vereação of the city of Oporto, Livro da Abertura da Rua Nova.

### Abreviaturas

LARN – Livro da Abertura da Rua Nova

### Introdução

Apesar da escolha do nome ter objetivos muito práticos e utilitários, este ultrapassa-os largamente. Nele vemos refletidas características sociais, culturais e até políticas que nos servem para muito mais do que saber “quem é quem” dentro de uma

comunidade. Foi baseando-me nesta premissa que parti para o trabalho aqui apresentado.

À partida todas as fontes podem servir para o estudo da antroponímia. Contudo é favorável a escolha de documentos onde predominem listas de nomes, como acontece nas duas fontes selecionadas: o *Livro da Abertura da Rua Nova*<sup>1</sup> e um dos três livros de atas de vereação da cidade do Porto<sup>2</sup>. Apoiar-me-ei em duas fontes distintas, mas com a mesma proveniência geográfica e não muito distantes temporalmente. Assim o estudo que aqui apresento tem como área geográfica a cidade do Porto e seu termo entre 1431 e 1438.

A leitura e análise das fontes permitiu-me recolher um total de 3855 nomes. A partir destes antropónimos irei fazer dois tipos análise. Numa primeira abordagem procederei a um estudo quantitativo e estatístico, observando quais as partes em que se dividem, evidenciando as suas tendências. De seguida partirei para uma análise mais incisiva e qualitativa de cada constituinte do nome a partir dos casos encontrados.

Como comecei por dizer o nome é um espelho dos hábitos socioculturais de uma época sendo isto que pretendo verificar com este estudo. Para isto apoiar-me-ei, por exemplo, nas dicotomias entre os modos de nomeação do homem em relação à mulher, nas alcunhas ou nos laços sociais e familiares.

O tratamento dos dados revelou as dificuldades próprias do estudo da onomástica pela historiografia. A fluidez e plasticidade do nome medieval levam a que o mesmo indivíduo possa assumir formas de identificação diferenciadas, fenómeno que dificulta muitíssimo a distinção entre pessoas. O mesmo em relação à progressiva concentração de nomes usados provoca frequentes casos de homonímia que também causa problemas de contagem. O anacronismo de muitos substantivos revelou-se problemático e nem sempre consegui concluir qual a proveniência do nome e seu significado.

A ausência de uma ortografia no português medieval resultou numa grande flutuação de grafias que também são observadas ao nível dos antropónimos. Esta realidade fez com que tivesse que estabelecer um padrão para o registo dos nomes elencados de modo a facilitar a sua contabilização e tratamento, optando por registar todos os nomes próprios com a grafia vigente atualmente. Nos restantes elementos nem sempre foi possível esta atualização, porque algumas formas desapareceram e noutras não foi possível determinar o seu equivalente moderno, principalmente no que diz respeito às alcunhas.

---

<sup>1</sup> *Livro da abertura da Rua Nova*, leitura, índice e notas de Fabiano Ferramosca e Luís Miguel Duarte, Cascais: Patrimonia, 2000. A partir daqui será mencionada a partir da sigla LARN.

<sup>2</sup> *Vereações 1431-1432 Livro I: Documentos e memórias para a história do Porto*, leitura, índice e notas de José Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto: Arquivo Histórico, 1985.

De modo a diminuir erros que possam contaminar os resultados da amostra eliminei todos os casos duvidosos. Esta decisão não fez com que tivesse que excluir o nome completo, mas sim apenas o elemento ambíguo.

A todas estas limitações e ambiguidades tenho que acrescentar as particularidades apresentadas pelo tipo de fontes selecionadas. Pois se à partida todos os documentos podem servir como base a potenciais trabalhos onomásticos, não é verdade que vamos conseguir encontrar os mesmos resultados em todos eles. O LARN é pertinente, pois sendo uma lista de contribuintes é particularmente rico. Porém os indivíduos elencados surgem maioritariamente de forma isolada o que limita as tentativas de estudos entre gerações. Paralelamente, o período cronológico bastante reduzido não permite avançar com análises de possíveis evoluções no tempo dentro da própria fonte.

Ao contrário do LARN os antropónimos recolhidos nas atas de vereações são em muito menor número refletindo as particularidades deste tipo de documentos. Em primeiro lugar uma percentagem significativa dos antropónimos registados repete-se ao longo da fonte, na maior parte dos casos de forma evidente sem causar qualquer tipo de dúvidas. Esta situação é explicada pelas características das reuniões registadas nas atas de vereação das câmaras, que eram bastante restritas.

Depois de tecidas estas considerações é importante perceber que os resultados apresentados não devem ser entendidos como absolutos, mas sim como uma aproximação ao universo estudado, que procurei que fosse o mais rigorosa possível, apesar de ter consciência de inevitáveis lapsos e omissões.

Apesar de não ser um tema em voga na historiografia há evidentes disparidades entre o que já foi feito ao nível da produção nacional e internacional. Sendo a primeira muito mais exígua quando comparada com a segunda. Internacionalmente destaco o projeto dirigido por Monique Bourin<sup>3</sup>. No que diz respeito à historiografia portuguesa destacam-se os trabalhos de Iria Gonçalves e antes dela alguns estudos no âmbito da filologia.

---

<sup>3</sup> Os resultados desta investigação foram reunidos numa obra, dividida em vários volumes. BOURIN, Monique (dir.) – *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale*. Tours: L' Université de Tours, 1997. Ainda que fundamental num estudo sobre esta temática esta obra não será citada diretamente ao longo do trabalho devido às limitações temporais impostas por um trabalho realizado no âmbito de uma unidade curricular de licenciatura. Atendendo a estas características optei por me apoiar em bibliografia portuguesa, não só por uma questão de acessibilidade, mas também de domínio da língua.

## 1. Os nomes do Porto e seu termo

**TABELA 6: RELAÇÃO ENTRE OS ELEMENTOS DO NOME**

|                    |             |               |
|--------------------|-------------|---------------|
| N                  | 58          |               |
| P                  | 0           |               |
| A                  | 15          |               |
| L                  | 144         |               |
| <b>1 ELEMENTO</b>  | <b>217</b>  | <b>5,63%</b>  |
| N+P                | 1270        |               |
| N+A                | 1037        |               |
| N+L                | 55          |               |
| P+A                | 4           |               |
| P+L                | 0           |               |
| A+L                | 3           |               |
| <b>2 ELEMENTOS</b> | <b>2369</b> | <b>61,45%</b> |
| N+P+A              | 1084        |               |
| N+P+L              | 161         |               |
| N+A+L              | 8           |               |
| P+A+L              | 0           |               |
| <b>3 ELEMENTOS</b> | <b>1253</b> | <b>32,50%</b> |
| N+P+A+L            | 16          |               |
| <b>4 ELEMENTOS</b> | <b>16</b>   | <b>0,42%</b>  |
| <b>TOTAL</b>       | <b>3855</b> | <b>100%</b>   |

Depois de recolhidos todos os antropónimos identificados em ambas as fontes optei por agrupa-los em função do seu número de elementos, calculando os valores de todos os pares possíveis tendo em conta quatro variáveis distintas: nome próprio (N); patronímico (P); Apodo (A) e Laços (L). É importante perceber que a nomenclatura “apodo” se desdobra em topónimos, ofícios e alcunhas e a “Laços” em familiares e sociais. Contudo entendi que neste primeiro momento não seria pertinente uma análise qualitativa e descritiva. Procurarei, então, dar uma visão ampla da amostra, não achando pertinente focar todos os elementos que mais à frente serão analisados individualmente.

Posto isto, como podemos observar na tabela, os dados estão organizados do menor para o maior em relação ao número de elementos. Esta divisão demonstra que mais de cinquenta por cento dos indivíduos registados eram nomeados através de dois elementos antroponímicos. Desta tendência o par mais recorrente é nome próprio mais patronímico. De seguida, com pouca diferença, surgem indivíduos reconhecidos através da relação do nome de batismo com um apodo.

Ainda que menos relevante do que o sistema binominal, os antropónimos construídos por três elementos está presentes representando cerca de um terço da amostra.

Deste modo conseguimos agrupar cerca de 94% da população da amostra dentro destas duas modalidades. Percentagens que acabam por ir ao encontro das tendências já observadas noutras áreas geográficas. Esta complexificação em massa do sistema uninominal demonstra insuficiência do nome de pia<sup>4</sup> devido à progressiva homonímia que caracteriza a onomástica medieval. Este fenómeno começa a ser verificado a partir do final do século XI inícios do século XII e acaba por se solidificar até meados do século XIV<sup>5</sup>. O século XV, no qual está inserida a cronologia deste trabalho, não só deveria obedecer a este movimento como registar já algumas adulterações nos sistemas de transmissão. Neste período começa a verificar-se a transferência dos elementos antroponímicos secundários de geração em geração contrariando a propensão inicial de se renovarem a cada geração.

Apesar destes valores, não podemos deixar de colocar em contraponto o facto de ter registado 217 indivíduos reconhecidos apenas por um elemento antroponímico. Deixando de parte as pessoas apenas referidas por um laço social ou familiar, que representam um caso particular que será abordado a seu tempo. Considero importante salientar os 58 casos<sup>6</sup> onde apenas houve registo do nome de batismo uma vez que, mais não seja de forma aparente, contrariam a ideia previamente concebida de que o nome de batismo de forma isolada só era utilizado em crianças e jovens que ainda não participam de forma ativa na sociedade<sup>7</sup>.

Partindo deste principio penso que seja pertinente refletir um pouco acerca destes casos anómalos, até porque representam um número considerável, sendo que 28 são masculinos e 30 femininos. Antes de mais é importante explicar que, apesar de

---

<sup>4</sup> Expressão criada por Leite Vasconcellos e adotada por Iria Gonçalves.

<sup>5</sup> GONÇALVES, Iria - *Maria, Catarina e Tantas Outras - Ensaio de Antroponímia Medieval*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2013. p. 83.

<sup>6</sup> Deste número temos que ressaltar o caso de uma mulher chamada Margarida (LARN: fól. 134. p. 168) que, apesar de estar inserida nesta contabilização, possivelmente foi referida na fonte com um segundo elemento, mas que na leitura paleográfica revelou-se impossível de compreender sendo transcrito através do seguinte grafismo “Car <vida>”. Por não conseguir perceber o significado da transcrição optei por não o contabilizar, mas preservei o nome próprio. Obedecendo à regra inicialmente estabelecida, mas também de moda a aproveitar o máximo de referências femininas que por si só são já escassas.

<sup>7</sup> GONÇALVES, Iria- Amostra de Antroponímia Alentejana no século XV. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. pp. 70 – 72. A autora explica que, quando verificamos a utilização isolada do nome de batismo em adultos estes normalmente surge associado a um pronome, realidade que não se verifica em nenhum dos casos verificados. Realidade reiterada noutros trabalhos como: Entre o Masculino e o Feminino: Sistemas de Identificação nos Finais do Século XV. In *Em louvor da linguagem homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa: Edições Colibri. 2003p. 155.

não haver referência a qualquer elemento para além do nome de batismo, isso não significa que não o possuíssem. Pois, tendo em conta a cronologia da fonte, o sistema antroponímico encontrava-se perfeitamente normalizado o que me leva a crer que, todos estes indivíduos possuíssem pelo menos um patronímico. Porém, por alguma razão a comunidade não o conhecia ou não o mencionou. O facto de existirem mais casos no feminino revela ainda maior estranheza, pois também na antroponímia conseguimos encontrar a mulher numa posição subalterna em relação ao homem<sup>8</sup>. Paralelamente estes indivíduos organizavam-se em comunidade, que olhava com estranheza todos aqueles que surgissem desenraizados sem qualquer ligação a um grupo ou família<sup>9</sup>. Assim estes casos surgem como uma antítese do que a regra estabelece. Posto isto pergunto: seria possível que estes homens e mulheres estivessem de alguma forma à margem da comunidade que integravam? Ou pelo contrário seriam facilmente identificados, para o nome de batismo lhes bastar?

Iria Gonçalves faz menção à existência de algumas mulheres que apenas surgem referidas com recurso a um elemento<sup>10</sup>, que tanto podia ser o nome de batismo como um apodo. Contudo não apresenta números diferenciados, mencionando apenas que os valores de ambos os casos somados não ultrapassam os 10% sensivelmente. A partir desta referência adianta que esta situação se deve a lacunas por parte do responsável do assentamento dos dados. Mais adiante refere que na maioria dos casos o elemento utilizado é um apodo. A partir desta informação consigo perceber que esta situação não é exclusiva da minha fonte, mas provavelmente por serem casos menores, nunca são tidos como uma questão central. Acabando por ser justificado por lapsos de registos ao até por perdas em cópias posteriores.

Não posso descartar esta explicação para o caso aqui apresentado, até porque admito que é forte o suficiente estando a lidar com fontes que são lavradas posteriormente tendo por base informações orais e anotações menores, particularmente no caso do LARN. A esta possibilidade soma-se a fluidez do nome medieval, característica estudada por vários autores e comprovada por mim. Por exemplo no caso das *Atas de Vereações* é recorrente na lista dos presentes serem elencados indivíduos que, na lista das assinaturas, são difíceis de identificar por omissão de elementos anteriormente referidos, ou até mesmo ao longo do corpo do texto. Logicamente toda esta situação é agravada através da forte homonímia existente. Casos semelhantes existem no LARN porque, indivíduos que são mencionados no texto explicativo que o

---

<sup>8</sup> GONÇALVES, Iria – *Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média*. *Medievalista* [on-line]. Nº5, (dezembro de 2008). [consultado 21.12.2016]. Disponível em <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>>].

<sup>9</sup> GONÇALVES, Iria – *Maria Catarina e Tantas Outras...* p. 85.

<sup>10</sup> GONÇALVES, Iria – *Notas sobre a Identificação Feminina...*

escrivão faz em relação às alterações das listas anteriores, voltam a surgir na lista dos contribuintes com supressões, mas também acréscimos, ao nome de batismo. Neste caso, muitas vezes só conseguimos estabelecer distinções a partir da informação dada acerca do número de tributários. Dito isto, é importante explicar que apenas encontrei um caso onde esta situação pode servir como resposta ao equívoco<sup>11</sup>.

Tendo presente esta possibilidade continuo a questionar-me se será suficiente, em especial para o caso feminino. Mas também porque no caso particular do LARN seria útil as pessoas serem reconhecidas facilmente para a retificação das listas de anos posteriores, situação que a inscrição do nome próprio em exclusivo certamente dificultaria.

Não consegui encontrar nenhuma regra aparente nestes registos, existindo tanto, casos de nomes pouco utilizados<sup>12</sup> ou até com apenas um registo<sup>13</sup>, como nomes que constitui o pódio dos mais registados<sup>14</sup>. Realidade que descarta a possibilidade de ser aplicado apenas a nomes distintivos o suficiente para o nome de batismo lhes bastar. Como casos minoritários, surgem 15 indivíduos que eram reconhecidos apenas através da invocação do apodo e 16 onde houve necessidade se complexificar o antropónimo até a um quarto elemento, aglutinando em si todos os constituintes.

É curioso que o número de indivíduos mencionados apenas através do nome próprio seja superior aos que apenas são reconhecidos pelo apodo, uma vez que a bibliografia consultada olha para o segundo com maior normalidade do que o primeiro.<sup>15</sup> Como já acima defini, passarei agora à análise de cada um destes elementos de modo mais descritivo e pormenorizado.

## 2. Nomes de Pia

Apesar da fluidez que caracteriza as formas de nomeação na Idade Média o nome próprio, recebido à nascença, era o único que se mantinha intacto e que acompanhava o indivíduo durante toda a sua vida, ainda que pudesse ser omissa em diversas circunstâncias.

Já neste período a escolha do nome era um assunto ponderado com a devida antecedência e estava a cargo de um grupo específico de pessoas. Embora não seja fácil estudar e perceber este processo de nomeação, uma vez que acontecia de forma

---

<sup>11</sup> Refiro-me a Luís (LARN: fól. 30v. p. 54) que existe a possibilidade se ser o jurado “Luis Eannes” (LARN: fól. 30v. p. 54) mencionado na introdução ao assentamento dos contribuintes do Mosteiro de Moreira.

<sup>12</sup> Bertollameu (LARN: fól. 75. p. 107).

<sup>13</sup> Bras (LARN: fól. 121v. p. 195).

<sup>14</sup> Johane (LARN: fól. 121. p. 155).

<sup>15</sup> GONÇALVES, Iria - Entre o Masculino e o Feminino: Sistemas de Identificação nos Finais do Século XV. *In Em louvor da linguagem homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa: Edições Colibri, 2003. p. 155.

privada no interior das famílias, tanto Iria Gonçalves como José Leite de Vasconcellos admitem que esta decisão estaria a cargo dos progenitores e dos parentes mais próximos. A historiadora evidência a figura dos padrinhos de batismo nesta decisão, apesar de admitir não conseguir comprovar essa importância para o território nacional<sup>16</sup>.

Esta decisão estava sujeita a um conjunto de fatores, nem sempre presentes na consciência dos decisores, mas que tinham peso no momento da escolha. Antes de mais, a opção só seria tomada em definitivo após o nascimento da criança, pois só nesse momento é que seria conhecido o seu sexo, condicionante primordial.

O desejo de transmitir os nomes de geração em geração, fazendo-os persistir, já neste período estava presente. Principalmente os avós, mas também os pais foram as escolhas imediatas<sup>17</sup>. Dentro do universo da amostra em análise penso que esta realidade se verifica em 11 indivíduos, 7 que receberam o nome do avô<sup>18</sup> e 4 do pai<sup>19</sup>.

Cheguei a esta conclusão a partir da análise dos patronímicos, mas também dos laços familiares paternos. Ou seja, quando o indivíduo tem o nome próprio igual ao patronímico do seu pai considere que este recebeu o nome do avô, como acontece por exemplo em “Joham Afonso filho de Afonso Anes”<sup>20</sup>. Outro caso, ainda mais curioso, é o de “Joham Domingos filho de Domingos Johanes”<sup>21</sup>, porque há referência a um irmão seu homónimo<sup>22</sup>. Não acredito que sejam pessoas sem qualquer relação, devido há referência paterna. Também não será uma repetição na lista porque o número de contribuintes, inicialmente referidos, está de acordo com a lista posteriormente apresentada. Por outro lado, quando há transmissão do nome do pai o que normalmente acontece é o nome do indivíduo passa a funcionar como uma “redundância”. Por exemplo “Joham Annes filho de Johanne Dominguez”<sup>23</sup> porque o nome de batismo é igual ao patronímico, a única diferença é que o segundo se encontra no genitivo.

Entre os séculos XII – XIII a Igreja passa a ter um peso decisivo na hora da escolha, acabando por marcar toda a antroponímia da Europa ocidental a partir dos

---

<sup>16</sup> GONÇALVES, Iria - *Maria, Catarina e tantas outras...* pp. 35-36. A autora dá a conhecer trabalhos realizados para espaços que não Portugal que demonstram a importância da figura dos padrinhos na escolha do nome da criança.

<sup>17</sup> Podemos observar este tipo de análise no artigo GONÇALVES, Iria – *Entre Tarouca e Arouca: a identificação masculina nos séculos XI a XIII*. Beira Alta. Vol. LXX-LXXI (2010). pp.49-110.

<sup>18</sup> Joham Afonso filho de Afonso Anes LARN: fól. 23v. p. 26); Joham Domingos filho de Domingos Johanes (LARN: fól. 30. p. 53); Pedro Afonso filho de Afonso Pirez (LARN: fól. 66v. p. 97); Joham Afonso filho de Afonso Annes d' arrotea de Sa' Miguell (LARN: fól. 86. p. 117); Joham Gonçalves <de Merdeyro> filho de Gonçalo Anes (LARN: 142v. p. 177).

<sup>19</sup> Joham Annes jurado filho de Joham Martinz (LARN: fól. 32v. p. 56); Joham filho de Joham Matos (LARN: fól. 46v. p. 73); Joham Annes filho de Joham Afonso (LARN: fól. 50. p. 77); Joham Annes filho de Johanne Dominguez (LARN: fól. 50. p. 77).

<sup>20</sup> LARN: fól. 23v. p. 26.

<sup>21</sup> LARN: fól. 29v. p. 53.

<sup>22</sup> Joham filho de Domingos Johanes (LARN: fól. 30. p. 53)

<sup>23</sup> LARN: fól. 50. p. 77.



últimos séculos da Idade Média. Há preferência por nomes de santidades, procurando no nome um protetor para o recém-nascido tendo valor apotropaico.

Tendencialmente procuravam escolher nomes conhecidos pela comunidade, de modo a facilitar a integração na mesma. Contudo os fundos antroponímicos não eram estáticos, como ainda hoje não o são, surgindo nomes mais incomuns que proporcionavam a renovação dos léxicos antroponímicos.

Seguramente as condicionantes não se esgotam nas três elencadas, mas, como é compreensível, é difícil discutir com certezas quais seriam, devido à distância temporal, que me separa desta sociedade. Todavia podemos afirmar com certeza que o nome estava imbuído de referências culturais, sociais e familiares.

Independentemente da escolha, o nome próprio era um elemento fundamental. Como já mencionei, é o único que persiste até ao final da vida dos indivíduos e, até à idade adulta, é o único elemento identificativo de que se podem servir, porque só a partir do momento que passam a intervir na sociedade é que há a necessidade de complexificar a estrutura do nome com o acrescento de informações distintivas.

Este não só era importante na integração dentro da comunidade, como representava e individualizava o seu portador dentro da própria família, mesmo que por vezes assumisse um nome já existente, como já tive oportunidade de demonstrar. Podiam receber o nome dos pais ou avós, mas também de irmãos. Conseguimos verificar esta situação na fonte em estudo. Por exemplo João Anes que é referido como irmão de João Anes<sup>24</sup> ou de João Anes que é irmão de João Anes do Outeiro<sup>25</sup>. Se apenas registei dois casos de homonímia entre irmãos, multiplicam-se as homonímias entre pais e filhos. Observei um total de oito casos<sup>26</sup>. Refiro ainda a existência de um caso onde houve a transmissão do nome do avô para o neto<sup>27</sup>.

Apoiando-me em José Leite Vasconcellos sintetizado por Iria Gonçalves, podemos dividir os nomes medievais em quatro fundos onomásticos<sup>28</sup> fundamentais. Descrevendo-os por ordem cronológica, começo pelos nomes anteriores à romanização

---

<sup>24</sup>LARN: fól.32v. p.56.

<sup>25</sup>LARN: fól.38. p. 62.

<sup>26</sup> João Anes filho de João Paz de Barreiros (LARN: fól. 11v. p. 33); João Anes filho de João Domingos (LARN: fól. 50. p.77); João Anes filho de João Domingues (LARN: fól. 104v. p. 137); João Anes filho de João Domingues (LARN: fól. 127v. p. 160); João Anes filho de João Gil (LARN: fól. 70. p.100); João Anes filho de João Gil (LARN: fól. 88. p. 120); João Anes filho de João Martins (LARN: fól. 32v. p. 56); João filho de João Matos (LARN: fól. 46v. p. 73). Estes exemplos não são apenas nítidos em relação à homonímia que existia entre familiares, mas também um exemplo evidente da forte homonímia que caracterizava esta sociedade. Não me alongarei mais acerca deste fenómeno pois, no capítulo seguinte deste trabalho: “Em nome do pai: análise do patronímico” falarei mais pormenorizadamente acerca deste assunto.

<sup>27</sup> Martim neto de Martins Gonçalves (LARN: fól. 92. p. 125).

<sup>28</sup> Por fundos onomásticos entenda-se grupos de proveniência dos nomes registados. Quem aplica este termo é a historiadora Iria Gonçalves.

do nosso território. Conservam-se poucos nomes com esta proveniência, particularmente na cronologia em que o meu estudo se insere. Pois, surgem novas influências que se sobrepõem a estes. Ainda assim consegui encontrar vestígios deste fundo, sirvo-me do exemplo dos nomes Leonor e Teresa<sup>29</sup>.

Tal como os anteriores os nomes de proveniência latina surgem sem grande expressividade. Iria Gonçalves destaca o nome Nuno como exceção de persistência e intemporalidade<sup>30</sup>. No documento analisado encontrei dois indivíduos com este nome<sup>31</sup>, constatando a sua permanência, embora bastante residual. A autora explica ainda que ao contrário de Nuno, não houve um nome tão intemporal no feminino. Ainda assim nos nomes recolhidos temos referência a duas mulheres com o nome Mécia<sup>32</sup>, o que mais uma vez nos surge como exceção.

Ao destes, tanto os nomes de proveniência germânica como os de tradição cristã tiveram grande influência na antroponímia portuguesa. Ainda que os nomes de proveniência germânica apenas tenham sido dominantes até finais do século XIII, acabando por ser, progressivamente, substituídos por nomes cristãos. De facto, e ao contrário dos nomes trazidos pelos conquistadores romanos, que não atraíram as preferências dos autóctones, os nomes germânicos foram adotados massivamente.

Os nomes religiosos tiveram uma influência sem precedentes que chegou até aos nossos dias. Para isto muito contribuiu a procura da Igreja em cristianizar todos os atos do Homem, o que levou à diminuição da idade do sacramento do batismo que até meados do século XII não era prática corrente. Simultaneamente, a revisão do Santoral Católico com a Reforma Gregoriana apoia esta tendência, pois há a procura dos grandes mártires como homónimos dos neófitos. Por isto, no período da Baixa Idade Média a maioria dos nomes utilizados tinha referências religiosas.

É importante percebermos que a designação de fundo de tradição cristã não existe por si só, mas através da assimilação de muitos nomes de origem diversa que passaram a ser associados ao cristianismo. Para isto muito contribuiu a “santificação em massa” característica deste período.

## 2.1 Nomes da moda *versus* nomes exóticos

Dos 3855 antropónimos registados, 3689 possuem nome próprio, deste total apenas 172 são femininos. Esses 3688 indivíduos resumem-se a 81 nomes distintos,

---

<sup>29</sup> Tenho apenas uma mulher chamada Teresa (LARN: fól. 110v. p. 145), mas registei seis mulheres de nome Leonor (LARN: fól. 73. p. 104); (LARN: fól. 84v. p. 115); (LARN: fól. 88v. p. 120); (LARN: fól. 135v. p. 170); (LARN: fól. 135v. p. 170); (LARN: fól. 138v. p. 173). O primeiro é de origem grega e o segundo de proveniência goda, chegando até nós através do provençal.

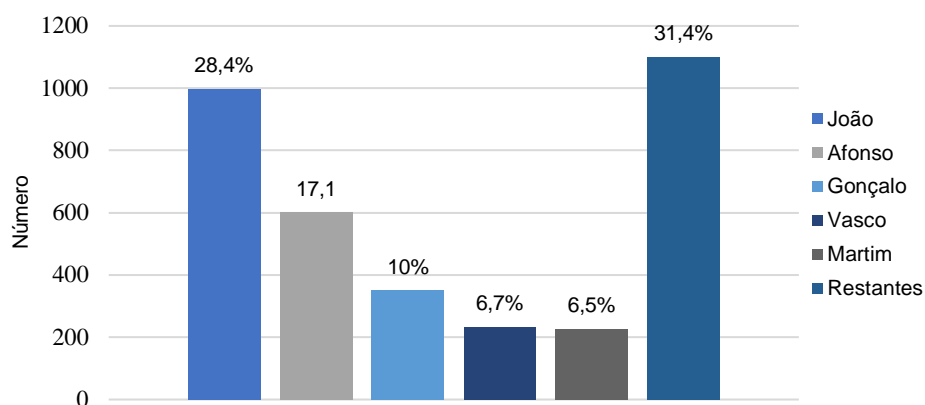
<sup>30</sup> GONÇALVES, IRIA - *Maria, Catarina e tantas outras...* p. 43.

<sup>31</sup> (LARN: fól. 85v. p. 116); (LARN: fól. 139v. p. 174).

<sup>32</sup> (LARN: fól. 64v. p. 66); (LARN: fól. 86. p. 117).

dos quais 20 são femininos. Como é evidente esta situação em grande parte é justificada pelo facto de num universo de 3855 registos apenas 315 pertencerem ao sexo feminino. Contudo é importante perceber que apenas 172 dessas 315 mulheres são referidas pelo seu nome de batismo; as restantes 143 são mencionadas através das suas relações matrimoniais, surgindo-nos mencionadas como “mulher de x” ou “mulher que foi de y”.<sup>33</sup>

GRÁFICO 1: NOMES MASCULINOS



Apesar de registar 61 nomes distintos usados no sexo masculino, ao observarmos o gráfico 1 conseguimos facilmente comprovar a existência do fenómeno de homonímia já confirmado noutros estudos aqui citados.

Os cinco nomes mais utilizados (João, Afonso, Gonçalo, Vasco e Martim) representam 69% do universo dos antropónimos masculinos registados. Porém, paralelamente, é evidente a diferença abissal do nome João, antropónimo mais registado com 999 indivíduos, em relação aos restantes nomes. Representa 28% do total da amostra masculina aproximando-se de um terço da amostra.

A popularidade do nome João é epidémica não sendo caso excecional das fontes em análise; pelo contrário vem confirmar a tendência já observada para outros estudos<sup>34</sup>. O peso deste nome na Igreja justifica a sua popularidade e intemporalidade.

<sup>33</sup> A mulher que foy de Martim Rodriguez (LARN: fól. 32 p. 55); A mulher de Domingos de Bem (LARN: fól. 17v p. 39); Gonçalo Martinz que veo de Santiago de Vougado e casou com ha mulher que foy d' Afonso Lourenço que moreu (LARN: fól. 20 p. 42); A mulher que foy de Pedro Annes se veeo casar a Sam Lourenço de Azemes com Pero Dominguez (LARN: fól. 38 p. 62); Martinho da Oytava e a mulher (LARN: fól. 130v p. 164).

<sup>34</sup> Todos os trabalhos consultados verificam esta tendência, referindo o nome João como o mais registado. GONÇALVES, Iria - *Entre Tarouça e Arouca...* pp. 77 – 82. Neste artigo a autora constata a evolução deste nome, concluindo que este sempre esteve presente no topo das preferências, fazendo um percurso ascendente acabando por se sedimentar nos últimos séculos da Idade Média. Situação distinta porque, ao contrário de muitos outros, conseguiu resistir as modas.

Recordemos a figura do profeta João Batista e do Apóstolo João, ambos santos de grande veneração e importância na história do cristianismo. No território em estudo, possivelmente, teria particular peso, tendo em conta a relevância dada à data do nascimento de João Batista.

Se o nome mais invocado tem relações estritas com o cristianismo, os dois nomes que lhe seguem na tabela de preferências são uma marca da permanência da tradição germânica na onomástica portuguesa, ainda que tenham sido apropriados pela hagioantroponímia cristã. Assim o pódio de nomes masculino demonstra uma sociedade muito arreigada a tradição.

Penso que a este grupo de cinco nomes dominantes podemos juntar os três que se seguem na tabela<sup>35</sup>, pois apesar de menos expressivos continuam a registar mais de cem ocorrências. Portanto com isto demonstro que 83% da população masculina da amostra está circunscrita a um total de 8 apelativos o que comprova a existência de uma enorme condensação onomástica.

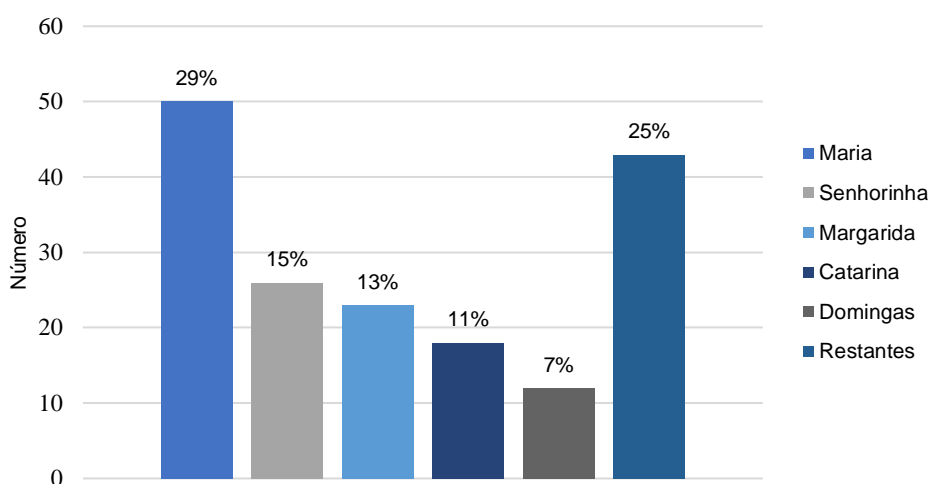


GRÁFICO 2: NOMES FEMININOS

As tendências observadas no nome masculino, de certo modo, reflete-se no feminino. Ainda que o volume da amostra seja significativamente menor, e que haja uma maior diversidade de onomatos femininos<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> Álvaro com 205 registos; Pedro com 185 e Fernando com 109.

<sup>36</sup> Realidade para a qual Iria Gonçalves chama a atenção. Nomeadamente no *artigo Notas Sobre a Identificação Feminina...* ou no ensaio *Maria, Catarina e Tantas Outras...*

Sem surpresas o nome Maria surge como o mais usado com 50 registos<sup>37</sup>. A preferência por este nome e a sua difusão mais uma vez é justificada pelo peso da figura da mãe de Jesus na história do cristianismo. Como já foi explicado, há uma tendência para usar nomes de “santidades maiores”, de modo a procurar uma maior proteção e “representatividade celestial”. Logo facilmente se percebe a procura por este nome e a sua universalização. Ninguém teria tão grande “representatividade” e poder como a mulher escolhida por Deus para gerar o seu filho, realidade demonstrada pela proliferação do culto mariano.

Segue-se Senhorinha como o segundo nome mais invocado, embora represente cerca de metade das mulheres em relação ao apelativo Maria. À semelhança do que se observou para o masculino, a diferença de utilização do nome mais registado para os restantes é mais acentuada quando comparada com os restantes diferenças. Esta discrepância torna-se cada vez mais ténue à medida que avançamos na tabela. Situação que vai ao encontro da já referida concentração onomástica.

Saliento ainda a posição do nome Margarida, Catarina e Domingas.<sup>38</sup> Nenhum deles suscita admiração pois, mais uma vez, verifica-se as tendências já observadas noutras cronologias e áreas geográficas do nosso território. Podia referir o facto de o apelativo Catarina surgir mais distante de Maria do que seria expectável<sup>39</sup>, mas tendo em conta o volume reduzido da amostra penso que seria precipitado da minha parte. Além disso, circunscrevendo-me ao universo da minha fonte, Catarina não está de todo mal posicionada, representando mais de 10% da amostra feminina.

Mais uma vez a influência da religião cristã é nítida, mas em paralelo o fundo germânico continua presente em nomes como Guiomar ou Mécia<sup>40</sup>. Contudo não apresentam níveis de popularidade tão evidentes quando comparadas ao masculino. Apesar da feminização de nomes masculinos ter sido menos frequente no território peninsular<sup>41</sup> o nome Joana, e particularmente Domingas têm uma representação relativa.

---

<sup>37</sup> GONÇALVES, Iria - *Maria, Catarina e tantas outras...* pp. 72 – 75. A autora reflete acerca deste nome percebendo que não há equivalente tanto ao nível de popularidade como de persistência no tempo. A disseminação do nome Maria não é um caso particular do território nacional, mas sim de toda a Europa Ocidental, marcando fortemente todo o período da Plena e Baixa Idade Média.

<sup>38</sup> Senhorinha com 26, Margarida com 23, Catarina 18 e Domingas com 12 registos.

<sup>39</sup> No ensaio *Maria Catarina e Tantas Outras...* Iria Gonçalves constata que este seria o segundo nome mais preferido a seguir a Maria no final da Idade Média.

<sup>40</sup> Guiomar representa 4 mulheres e Mécia apenas 2.

<sup>41</sup> GONÇALVES, Iria – *Maria Catarina e Tantas Outras...* p. 76.

Paralelamente a este grupo de nomes muitas vezes repetidos surgem múltiplos casos pouco representativos ou até singulares<sup>42</sup>. É dentro deste conjunto que encontramos, por um lado, nomes mais recentes e de proveniência externa, mas também algumas reminiscências de fundos que podemos considerar anacrónicos para este período.

Tanto Nicolau<sup>43</sup> como Florença<sup>44</sup> parecem-me um caso evidente dessa influência externa, mas também Miguel<sup>45</sup> ou como caso mais particular Jani<sup>46</sup>. Nenhum dos casos surge como exclusivo à minha fonte, mas podemos considerar que a área da cidade do Porto estava particularmente disponível para este tipo de influências do exterior, sendo uma cidade portuária. Paralelamente indivíduos batizados com o nome de Fagundo, Mendo ou senhoras por Aldonça ou Mécia. São a prova dessa lembrança, mais ou menos difusa, de nomes que dominaram até meados do século XII.

Ainda que não sejam significativos não posso deixar de mencionar a existência de dois nomes judeus Abrão e Videls<sup>47</sup>.

Outro aspeto importante são os nomes que surgem no diminutivo<sup>48</sup>. Iria Gonçalves chama a atenção para esta realidade demonstrando a existência de casos em que um nome “ternurento” não só perdura na idade adulta, como também passa a ser usado em domínio público, podendo assim chegar até nós através do seu registo em documentos oficiais<sup>49</sup>. A autora explica que na maioria dos casos há a junção do sufixo – inho ao nome de batismo, situação que se verifica nos casos enunciados. O uso desta forma de nomeação pela comunidade, atualmente considerada informal e, por isso, impossível de ser usada em documentos oficiais, certamente que se prende com o fenómeno de homonímia que caracteriza esta sociedade. O facto dos nomes que surgem no diminutivo

---

<sup>42</sup> Ao observarmos a tabela nº3 em anexo, percebemos que existem 31 apelativos com apenas um registo.

<sup>43</sup> Nicolau tem apenas 3 registos. Nicolao Annes de Fonte Sagrada (LARN: fól. 86. p. 117); Nicolao Dominguez (LARN: fól. 125. p. 157); Nicolao Martinz (LARN: fól. 162v. p. 196).

<sup>44</sup> Com apenas um registo. Florença (LARN: fól. 88v. p. 120).

<sup>45</sup> Também apenas com 1 registo. Miguel Dominguez (LARN: fól. 110v. p. 145).

<sup>46</sup> O nome Jani aparece no índice das Atas de Vereação como sendo um nome judeu. Contudo e depois de conversar com o professor não tenha a certeza que o seja, embora não tenha conseguido identificar a sua origem.

<sup>47</sup> Se o primeiro é comum e compreensível dentro de uma comunidade judaica, servindo até como elemento caracterizador, o segundo é incomum. Tentei perceber a sua origem ou significado, mas não cheguei a qualquer conclusão. Como estes dois nomes esgotam-se todas as referências a antroponímia judaica na fonte (situação explicada pelo facto de no LARN não vir discriminado quem foram os contribuintes da judiaria, mas apenas os responsáveis pela recolha), por isso, considero que não seja pertinente debruçar-me acerca do assunto (LARN: fól. 5. p. 29).

<sup>48</sup> Afonsinho (LARN: fól. 29. p. 52); Joaninho (LARN: fól. 37. p. 61); Pedrinhos (LARN: fól. 121v p. 155) e Digaminhos (LARN: fól. 148. p. 183).

<sup>49</sup> GONÇALVES, Iria – Entre Tarouca e Arouca... pp. 66 – 67.

serem João, Afonso e Pedro atesta, a meu ver, esta ideia pois, como já tive oportunidade de explicar, fazem parte do grupo dos nomes mais requisitados.

Como caso mais particular surge o nome Digaminhos. Apesar de não ter a certeza da correspondência, acredito que seja uma forma hipocorística do nome Diogo. Ao contrário dos outros, o nome Diogo não tem uma representatividade tão expressiva, resumindo-se a 49 casos.

Como disse, acho a justificação da professora Iria Gonçalves válida, mas não suficiente para explicar a existência desta realidade. De facto, a homonímia é uma característica bem visível e até indiscutível, mas os casos do uso do diminutivo são uma exceção, resumindo-se a um total de quatro casos<sup>50</sup>, havendo maioritariamente a adoção do patronímico, mas também de outros elementos identificativos associados ao nome, como referências toponímicas ou alcunhas<sup>51</sup>. Claro que se houvesse a aplicação do diminutivo em massa a questão da homonímia persistiria, continuando a existir a necessidade de usar outros elementos antroponímicos.

Assim, a questão que coloco é: qual era o critério para utilizar uma forma hipocorística e não qualquer outro elemento identificativo mais comum? Pensei que pudesse estar relacionado com a idade, e por isso, os diminutivos eram aplicados a indivíduos mais jovens e muito possivelmente com familiares homónimos. Porém não consegui reunir elementos que sustentassem a hipótese.

O único nome que surge no diminutivo e que tem referência a um laço familiar é o Joaquinho. Sabemos da existência de esposa e filhos e quando se refere à mulher fá-lo dizendo “Domingas molher que foy de Johaquinho”<sup>52</sup>. Portanto, além de ser um indivíduo com idade suficiente para casar e ter dois filhos<sup>53</sup>, estava já falecido, deduzindo com isto que não fosse muito jovem. É verdade que nem todos os apelativos “ternurentos” podiam ser do conhecimento da comunidade e, por isso, não perduravam. Enfim, o que aqui apresento não são mais do que possibilidades de resposta para um aspeto que talvez esteja a ser amplificado por mim. Contudo, parece-me interessante, mais não seja pela diferença nas formalidades de identificação em documentos oficiais. Esta flutuação de formas de nomeação reflete uma sociedade que ainda está num processo de construção do nome como o conhecemos hoje<sup>54</sup>. Paralelamente a isto

---

<sup>50</sup> Uso a minha fonte como referência, mas este ponto nunca é evidenciado nos trabalhos consultados, não havendo um número significativo de casos.

<sup>51</sup> Consultar tabela 1: Relação entre os elementos do nome.

<sup>52</sup> LARN: fól. 37. p. 61.

<sup>53</sup> Álvaro Anes filho de Joaquinho (LARN: fól. 37. p. 61) e Rodrigo filho de Joaquinho (LARN: fól. 37. p. 61).

<sup>54</sup> Esta situação é sedimentada pela diferença entre elementos de permanência do nome, como o patronímico, e as adjunções nominais que não tinham esse valor, apenas sendo usadas num caso específico. Desenvolverei este assunto quando falar dos apodos posteriormente.

todos eles surgem de forma isolada sem qualquer referência antroponímica além da forma hipocorística. Ainda que não tenha uma explicação sustentada para esta peculiaridade, acredito que esta não exista por mero acaso, pois uma coisa que podemos concluir é que, apesar da flutuação da antroponímia medieval, nada está no nome aleatoriamente ou sem objetivo.

Para além destes casos existe ainda referência a uma mulher chamada Beta Afonso<sup>55</sup>. Por não ter encontrado referência ao substantivo Beta usado como nome próprio, suponho que esta forma seja também um diminutivo. É o único caso de formas hipocorísticas encontrado no feminino.

Ao longo da fonte registei sete casos em que o substantivo Gomes é utilizado como nome próprio<sup>56</sup>, sendo que os indivíduos surgem com dois nomes no genitivo, característica tradicionalmente apenas aplicada ao patronímico. Consultando o dicionário etimológico onomástico<sup>57</sup> percebo que o patronímico Gomes deriva da palavra *goda Guma* (homem) e que depois de ter sofrido evoluções linguísticas para Gomes passa a ser usado indiscriminadamente na forma genitiva, tanto como nome próprio, como patronímico. Contudo é curioso esta preferência irregular, se é verdade que observando as tendências, tanto pode existir patronímicos na forma nominativa, como na genitiva, não é de todo comum encontrar nomes próprios no genitivo. Assim o nome Gomes surge como uma exceção já registada em outros estudos, embora nenhum deles o tenha questionado.

O nome Gião aproxima-se do caso anterior na medida em que tanto o encontrei desempenhando a função de nome próprio<sup>58</sup> como de apodo de morada<sup>59</sup>. É sabido que existem vários lugares do país que assumem esta designação, por isso não estranha a sua utilização enquanto topónimo, mas sim enquanto nome de batismo. Não consegui encontrar uma resposta para a sua utilização enquanto nome próprio, pois as referências associadas a Gião são todas toponímicas.

O nome Martina<sup>60</sup> surge uma vez ao longo de toda a fonte, caso que destaco por soar anacrónico nesta cronologia. Apesar de pouco recorrente pode ser um caso de

---

<sup>55</sup> LARN fól. 78 p. 111

<sup>56</sup> Gomes Álvares (LARN: fól. 23v. p. 46); Gomes Estevão (LARN: fól. 26. p. 49); Gomes Anes (LARN: fól. 103v. p. 136); Gomes Anes (LARN: fól. 153. p. 186); Gomes Anes (Vereações: fól. 37v. p. 117); Gomes Dias (Vereações: fól. 10. p. 49); Gomes Pais (Vereações: fól. 2v. p. 29).

<sup>57</sup> MACHADO, José Pedro – *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1984. II vol. p. 726

<sup>58</sup> Gião Afonso (LARN: fól. 37. p. 61) e Gião de Jamunde (LARN: fól. 111. p. 146).

<sup>59</sup> Afonso Lourenço de Gião (LARN: fól. 38v. p. 63); Afonso Martins de Gião (LARN: fól. 38v. p. 63); Domingos Martins de Gião (LARN: fól. 38v. p. 63); João Afonso de Gião (LARN: fól. 38v. p. 63) e Pedro de Gião (LARN: fól. 38v. p. 63).

<sup>60</sup> Martina de Santa Ovaia (LARN: fól 69v. p. 99).



feminização do nome masculino Martinho. Tal faria que fosse grafado como Martinha<sup>61</sup>, pois a primeira é pouco comum na cronologia em estudo. Situação que me leva a pensar que possa ser um lapso na leitura paleográfica, compreensível tendo em conta a proximidade entre as duas palavras.

Desse grupo de nomes invulgares termino destacando Viver com três registos<sup>62</sup>. Inicialmente tive dificuldade em perceber se era feminino ou masculino, até que surge referência a uma viúva que tinha sido casada com um homem chamado Viver<sup>63</sup>. Com essa informação esclareci o género, mas não a sua proveniência ou significado. A palavra tem conotações positivas que, apesar de não saber se eram tidas em conta aquando a dação do nome, podem ser associadas a uma alcunha. No entanto em todos os registos este nome é seguido de um patronímico o que me leva a pensar que não seja uma alcunha, mas sim um nome de batismo. Pois, geralmente as alcunhas surgem como último constituinte do nome, situação que não se verifica.

Os exemplos aqui evidenciados são uma brecha da minha recolha, infelizmente não consigo debruçar-me individualmente sobre cada um. Por um lado, porque as características deste trabalho não me permitem, mas também, por outro, porque esta análise exaustiva implicaria que tivesse um conhecimento mais aprofundado de outras áreas como por exemplo a filologia.

### 3. Em Nome do Pai: análise do patronímico

O sistema antroponímico germânico imperou por toda a Europa ocidental nos primeiros séculos da Idade Média. Porém, o facto de os antropónimos germânicos serem compostos de forma bitemática, aglutinando referências tanto do nome paterno como materno, facilitou a criação de novos antropónimos.

Devido à evolução deste reportório o nome deixa de cumprir a sua função diferenciadora e integradora, levando a uma progressiva mutação das formas de enunciação. Num primeiro momento passou a ser recorrente a utilização de adjunções nominais que informavam acerca da filiação<sup>64</sup>, sendo o mais recorrente a invocação da figura paterna. Esta prática rapidamente evoluiu para aquilo a que atualmente se entende por patronímico, desenvolvendo um novo elemento antroponímico que é colocado a seguir ao nome de batismo.

---

<sup>61</sup>VASCONCELLOS, José Leite de - Antroponímia portuguesa. *Tratado comparativo da origem, classificação, e vida do conjunto de nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928. p. 42.

<sup>62</sup> Viver do Valinho (LARN: fól. 93. p. 127); Viver do Bairal (LARN: fól. 130. p. 163) e Viver de Molhundos (LARN: fól. 158v. p. 192).

<sup>63</sup> “a mulher que foy de Viver” (LARN: fól. 93. p. 127).

<sup>64</sup> GONÇALVES, Iria – *Maria, Catarina e Tantas Outras...* p. 84.

Apesar de apresentarmos o surgimento do patronímico como uma consequência do progressivo empobrecimento onomástico as explicações não se devem esgotar neste argumento. Uma vez que a escolha do nome do pai, em detrimento de qualquer outro elemento, subentende a importância que a família exercia sendo o primeiro núcleo de sociabilidade, funcionando como alavanca para a integração na comunidade.

Assim, a introdução e progressiva estabilidade do patronímico como segundo elemento constitutivo do sistema antroponímico medieval apresenta-se nos lógicas. Apesar da sua difusão por todo o Ocidente Europeu teve particular repercussão no ocidente peninsular. Começa por ser usado no genitivo<sup>65</sup>, mas a forma no nominativo acaba por se tornar igualmente recorrente.

A afirmação do patronímico de forma mais ou menos homogênea levou a que vários autores se refiram a esta alteração como revolução, na medida em que se passou de um sistema uninominal para um binominal. Tendo consciência dos inevitáveis desfasamentos regionais podemos datá-la entre os séculos XI e XII<sup>66</sup>. A partir desta cronologia o uso de um segundo elemento foi crescendo de forma considerável ao longo dos séculos seguintes da idade média estando completamente cristalizado no século XIV<sup>67</sup>. Chegando ao século XV com algumas mutações e correções do sistema primário.

Dos 3855 antropónimos registados 2535 possuem patronímico representando 66% do total da amostra. Apoiando-me noutros estudos para este período deveria encontrar valores mais elevados<sup>68</sup>. Contudo Embora estes possam estar comprometidos pelo grupo de mulheres que surgem subentendidas numa figura masculina, mas também por outro tipo de omissões.

Como já mencionei, dada a cronologia dificilmente existiria uma percentagem tão elevada de indivíduos que não possuíssem patronímico. Esta supressão pode ser explicada pela insuficiência que o patronímico acabou por revelar em alguns casos após a sua vulgarização. Se o patronímico resulta da transmissão do nome do pai para o filho como segundo elemento, dado o fenómeno de homonímia cada vez mais evidente é natural que os patronímicos se concentrassem, na sua maioria, num grupo restrito de substantivos que acabariam por limitar a tua procurada distinção. Situação agravada pelo facto de existir uma tendência de repetição de alguns onomatos ao longo das gerações.

---

<sup>65</sup> GONÇALVES, Iria – Do uso do patronímico na Baixa idade Média portuguesa. *In Carlos Alberto de Ferreira de Almeida. In Memoriam.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1999, vol. I p. 349.

<sup>66</sup> GONÇALVES, Iria – *Maria, Catarina e Tantas Outras...* p. 90.

<sup>67</sup> GONÇALVES, Iria – *Maria, Catarina e Tantas Outras...* p. 90.

<sup>68</sup> GONÇALVES, Iria – *Maria, Catarina e Tantas Outras...* p. 90.

Esta realidade pode ser observada na amostra em análise, pois ao colocar taco a taco os dez nomes mais registados com os dez patronímicos mais repetidos, encontrei uma nítida marca de permanência. Através deste exercício consegui aproximar-me das preferências de duas gerações passadas em relação à presente na amostra em estudo.

**TABELA 2: NOMES PRÓPRIO versus PATRONÍMICO**

| Nomes Próprios |     | Patronímico        |     |
|----------------|-----|--------------------|-----|
| João           | 999 | Anes/João          | 506 |
| Afonso         | 601 | Afonso             | 375 |
| Gonçalo        | 351 | Martins/Martim     | 311 |
| Vasco          | 235 | Gonçalves          | 269 |
| Martim         | 228 | Domingues/Domingos | 221 |
| Álvaro         | 205 | Vasques/Vasco      | 137 |
| Pedro          | 185 | Pires              | 129 |
| Fernando       | 109 | Esteves/Estevão    | 111 |
| Martinho       | 78  | Lourenço           | 110 |
| Gil            | 65  | Fernandes          | 48  |

Antes de mais voltamos a encontrar o apelativo João em primeiro lugar e, à semelhança do nome próprio, com uma nítida distância em relação aos seguintes. Paralelamente, do total dos dez nomes próprios preferidos, sete encontram-se presentes nos patronímicos mais registados. Realidade que nos demonstra que estas preferências não são particulares da geração presente em análise, mas que já era evidente na geração dos seus avós. Aspeto que corrobora ideia de estarmos perante uma sociedade arreigada à tradição avançada por Olof Brattö<sup>69</sup> e apoiada por estudos posteriores.

Apesar de minoritários, encontramos três nomes recorrentes no patronímico que já não fazem parte das preferências da geração presente nas fontes em estudo. Tanto Lourenço como Estevão surgem na contabilização dos nomes de batismo com registos inferiores a uma centena, embora não registem quedas abruptas<sup>70</sup>. Além disso, essas diferenças de valores podem estar condicionadas pelo número superior de registos referentes ao nome de batismo em relação ao patronímico.

Já o apelativo Domingos surge como um caso particular e distintivo. Como já foi mencionado por Iria Gonçalves, este nome esteve muito em voga no nosso território,

<sup>69</sup> BRATTÖ, Olof – *Filipe, Henrique e outros nomes próprios em Portugal e na Europa*. Lisboa: Casa Portuguesa. 1958.

<sup>70</sup> Lourenço com 62 registos e Estevão com 59.

mas por um curto período de tempo<sup>71</sup>. Fundamenta a sua disseminação com a Ordem dos Dominicanos, explicando que a perda de popularidade destes frades levou a que o nome deixasse de ser tão solicitado. Esta justificação pode explicar o facto de existirem apenas 52 indivíduos cujo nome próprio Domingos, contra 221 com o patronímico desse nome. É nítido que na geração anterior o nome era preferido em relação à estudada.

Fazendo agora o exercício inverso, ou seja, perceber quais os nomes que surgem de forma recorrente como nome próprio não tendo o seu correspondente no topo da lista dos patronímicos concluo que, dos três que obedecem a esta regra, aquele que registou uma subida menos significativa, quando comparado com o número de patronímicos proveniente desse nome, foi Gil. Pelo contrário, Álvaro aparenta ter subido nas preferências desta comunidade pois registei 205 indivíduos com esse nome contra apenas 26 patronímicos Álvares.

Gil surge como um caso particular, com apenas 27 registos como patronímico, mas com 65 indivíduos batizados com esse apelativo, admito que possa ter havido um aumento da popularidade desse nome de proveniência francesa<sup>72</sup>. Sendo, por isto, uma marca da existência de transmissão de onomatos entre territórios, que se afirma neste período, como já tive oportunidade de referir. Em situação semelhante encontramos o nome Luís, pois também ele é uma importação da língua francesa. Os três patronímicos provenientes deste nome contrastam com os 40 indivíduos que tem Luís como nome próprio. Demonstrando que foi uma vulgarização recente e progressiva.

Ainda que o patronímico tenha conservado as suas características iniciais por um período de tempo particularmente lato no nosso território, não ficou incólumes às inevitáveis corruptelas. Como ocorrência única, mas exemplificativa desta realidade começo por evidenciar o caso de “Maria Antónia”<sup>73</sup>. Dada a cronologia não faz sentido falarmos em nomes próprios compostos. Desta forma, o que certamente se verifica é a feminização de um patronímico quando este foi aplicado a uma mulher<sup>74</sup>. Tendo em conta a propensão natural para a uniformização, é compreensível esta alteração que visava facilitar a oralidade, sendo particularmente notório porque, ao contrário do genitivo, que é uma forma neutra, o nominativo exige esta concordância. Portanto, a questão que coloco é de onde partia esta mutação, do seio familiar ou de uma imposição da sociedade?

Através das poucas referências a laços familiares conseguidas pude constatar que existem algumas mutações no que diz respeito à transmissão do patronímico.

---

<sup>71</sup> GONÇALVES, Iria - *Maria Catarina e tantas outras...* pp. 76 – 77. GONÇALVES, Iria - *Entre Tarouca e Arouca...* pp. 80 – 81.

<sup>72</sup> MACHADO, José Pedro – *Dicionário onomástico etimológico...*

<sup>73</sup> LARN: fól. 109. p. 143.

<sup>74</sup> GONÇALVES, Iria – *Maria, Catarina e Tantas Outras...* p. 100.

Consegui apurar sete casos em que não houve a transmissão tradicional do patronímico<sup>75</sup>. Desse total, todos se referem a relações de paternidade com exceção de um caso que dá a conhecer um laço de fraternidade. Ainda que exista referência taxativa à relação destes irmãos, não partilham o mesmo patronímico. Um é registado como Pedro Martins e o outro como Gervas Gil. Esta situação leva-me a questionar as possíveis aceções do substantivo irmão nesta sociedade. Ainda que se apresente como pouco provável, dadas as circunstâncias da fonte, refiro-me ao seu emprego relacionado com um ordem monástica ou de armas. Por outro, equaciono a possibilidade da relação de fraternidade apenas existir através do lado materno, o que explicaria a diferença nos patronímicos.

Paralelamente, e como caso mais recorrente, surgem incoerências entre o nome de batismo do pai e o patronímico do filho, ou seja, é evidente que não houve a transmissão tradicional desse elemento. Situação que me leva a questionar qual terá sido a regra aplicada nestes casos.

Através do caso particular de “Fernando Afonso, filho de Joham Afonso”<sup>76</sup>, pergunto se esta ocorrência não será exemplo de uma situação em que a transmissão do patronímico já não era renovada ao fim de cada geração, mas sim já ter-se-ia transformado num nome de família – sobrenome - transmitido entre gerações, uma vez que, ambos apresentam o mesmo patronímico na forma nominativa: Afonso. Se neste caso esta possibilidade se apresenta válida, o mesmo não acontece para os restantes cinco casos elencados, uma vez que o patronímico dos progenitores não coincide com o dos filhos como atrás acontecia.

Deste grupo destaco o caso de João Fernandes filho de Fernandes Martins<sup>77</sup> onde houve a transmissão do patronímico do pai para o nome próprio do filho que permaneceu no genitivo resultando numa forma de nomeação excepcional. É evidente que não posso descartar a hipótese de ser um lapso de transcrição. Porém, paralelamente registei um indivíduo com dois nomes no genitivo – Vasques Anes<sup>78</sup> - que pode aproximar-se deste caso.

Em suma, apesar dos casos particulares que acima referi, o patronímico respeita os princípios para os quais foi criado. Embora esteja representado num menor grupo de

---

<sup>75</sup> João Fernandes filho de Fernandes Martins (LARN: fól. 20. p. 42); João Afonso filho de Domingos Gonçalves (LARN: fól. 43. p. 68); João Anes filho de Pedro Afonso (LARN: fól. 50. p. 77); Fernando Afonso filho de João Afonso (LARN: fól. 60. p. 88); Gonçalo Anes filho de António Gíões (Vereações: fól. 13v. p. 58); Rodrigo Anes filho de Pedro Martins (Vereações: fól. 37v. p. 117) e Pedro Martins irmão de Gervas Gil (LARN: fól. 40v. p. 66).

<sup>76</sup> LARN: fól. 60 p. 88.

<sup>77</sup> LARN: fól. 20 p. 42.

<sup>78</sup> Vasques Anes ferreiro (Vereações: fól. 9v. p. 48)

indivíduos do que seria esperado quando equiparando aos apodos, símbolo da sua incapacidade crescente na diferenciação entre indivíduos.

## **4. Apodos**

O número de indivíduos que é reconhecido pelo patronímico está muito próximo daquele que representa os que são identificados pelo nome próprio em paralelo com um apodo. Simultaneamente, muitos são aqueles que para serem reconhecidos necessitam de invocar três elementos antroponímicos distintos<sup>79</sup>. Esta realidade espelha uma sociedade onde o terceiro elemento constitutivo do nome era já tão comum como o patronímico.

O surgimento, e por conseqüente, o desenvolvimento deste terceiro elemento pode ser explicado pela persistente homonímia que o patronímico não foi capaz de resolver a longo prazo, como já tive oportunidade de explicar. Porém, não se esgota nesta justificação. Indiscutivelmente a questão da diferenciação era primordial, mas os apodos assumem um papel social distinto e particular.

Ao contrário do patronímico, o apodo é uma criação da sociedade completamente externa ao sujeito que o adota, de forma mais ou menos voluntária, chegando mesmo a ser imposto à revelia do nomeado. A sociedade acaba por impor um critério de diferenciação apoiado maioritariamente em características pessoais que permitam particularizar um indivíduo em relação aos seus homónimos, podendo estar organizados em três grandes grupos: topónimos, ofícios e alcunhas.

No total recolhi 2208, sendo que os apodos toponímicos são os mais representativos com 1779 casos representando assim 80, 14% do total de apodos. Com menor expressão seguem-se as alcunhas (11,08%) e por último os ofícios (8,78%) que não atingem os 10%.

### **4.1. Topónimos**

Através do radical da palavra facilmente percebemos que os apodos criados com base na toponímia surgem com base em referências a lugares com os quais os indivíduos tem alguma relação. Conseguimos dividir estas referências entre topónimos de morada e proveniência. Ou seja, multiplicam-se os casos em que, associado ao nome de um indivíduo há referência ao sítio onde habitam ou a um lugar pelo qual já passaram.

Esta divisão nem sempre é fácil, embora haja algumas marcas que nos permitem arriscar uma tipologia. No que diz respeito aos topónimos de morada considerei todos

---

<sup>79</sup> Consultar tabela 1: Relação entre os Elementos do Nome.

aqueles casos onde existe referência a nomes de localidades<sup>80</sup>, elementos geográficos<sup>81</sup>, mas também referências a infraestruturas<sup>82</sup>. Além destas menções possíveis de identificar com maior ou menor precisão, existem ainda alusões a expressões que subentendem uma forma “oral” de orientação geográfica, mas que devido à sua imprecisão são impossíveis de materializar. “tras var”<sup>83</sup> ou “de além”<sup>84</sup> são exemplos do que acabo de explicar. Ainda assim, entendo “tras var” como alguém que habitavam por detrás de algo e “de além” como algo para lá de um referencial conhecido. Simultaneamente encontrei ainda as expressões “cima” e “fundo”, ambas partem do mesmo princípio do que as anteriores, mas conseguimos obter informações um pouco mais concretas, uma vez que a si estão associados componentes geográficos.

Outro aspeto que pode auxiliar a distinção é a partícula “de” quando surge antes de um elemento toponímico. Quando isto acontece à partida será um topónimo de morada. Contudo nem sempre é assim, e ao longo da recolha deparei-me com vários casos dúbios, principalmente porque suspeito que haja alcunhas que também possam possuir esta partícula, como mais à frente explicarei. Ainda assim, uma percentagem significativa dos apodos toponímicos surge com esta partícula auxiliar.

Paralelamente, a expressão “que veio de”, menos utilizada do que a partícula, sugere-me que seja uma marca que destingue os topónimos de morada dos de proveniência. Parece-me até bastante evidente, uma vez que sugere que o indivíduo anteriormente viviu naquele sítio, migrando depois para a sua localização atual. Considerei ainda como topónimo de proveniência todos aqueles registos que façam menção a cidades<sup>85</sup> ou até países<sup>86</sup>.

Apesar de aparentemente simples este critério apresenta os seus problemas, na medida em que muitas vezes estes elementos não têm valor de permanência, funcionando apenas como uma invocação momentânea para distinguir um indivíduo face aos outros numa situação particular. Deste modo, muitas destas referências não são um elemento antroponímico, mas sim uma adjunção nominal<sup>87</sup> invocada apenas

---

<sup>80</sup> A título de exemplo Afonso da Foz (LARN: fól. 128. p. 161); Martim Afonso de Canelas (LARN: fól. 111. p. 146); Afonso de Villaverde (fól. 20v. p. 43); Rodrigo Annes do Bayro (LARN: fól. 19v. p. 41)

<sup>81</sup> Como se verifica nos seguintes casos Gonçalo de Cima de Villa (LARN: fól. 131v. p. 165); Joham Dominguez de Fundo de Villa (LARN: fól. 28v. p. 51); Antonio de Cima (LARN: fól. 40. p. 65).

<sup>82</sup> Vasco d’ Azenha (LARN: fól.144. p. 178); Maria da Porta (LARN: fól 90v. p. 122); Joham Gonçallvez das Fontes (LARN: fól. 32. p. 55); Fernando de Moinhos (LARN: fól. 108. p. 141).

<sup>83</sup> Afonso Pirez de tras var (LARN: fól. 38v. p. 63); Joham Pirez de tras var (LARN: fól. 38v. p. 63).

<sup>84</sup> Margarida d’ Alem (LARN: fól. 89v. p. 121); Pedro d’ Alem (LARN: fól. 75v. p. 108).

<sup>85</sup> Joham de Guimaraes (LARN: fól. 140. 175); d’ Afonso de Lixboa (Vereações: fól. 43. p. 128).

<sup>86</sup> Joham d’ Espanha (Vereações: fól. 2. p. 27); Vasco de França he vedor (LARN: fól. 1.p. 27).

<sup>87</sup> GONÇALVES, Iria – Entre Tarouca e Arouca... pp. 91 – 93.

quando a situação o exige, funcionando em paralelo os laços sociais e familiares. Na minha amostra tive grande dificuldade em distinguir estas duas modalidades, optando assim por não fazer distinção em relação ao seu valor de permanência. Esta situação é agravada pelo facto de não encontrar grandes marcas de transmissão dos elementos. Apenas registei um caso<sup>88</sup> não tendo por isso informação suficiente para avançar uma hipótese fundamentada. Pelo contrário, encontro diversos casos onde não houve qualquer transmissão aparente deste elemento, pois há referência a duas gerações, sendo que a primeira possui referências toponímicas que não se mantêm na seguinte<sup>89</sup>.

Posto isto, penso que a maioria dos topónimos e em particular os topónimos de morada não tem carácter de permanência nos antropónimos contabilizados. Particularmente para o caso do LARN de modo a mais facilmente identificar os contribuintes.

#### 4.2. Alcunhas

Dos três tipos de apodos aqui apresentados a alcunha é o elemento mais obtuso quando sujeito a análise. Esta parte da observação de características, físicas<sup>90</sup> ou psicológicas<sup>91</sup>, intrínsecas ao indivíduo, apesar de, por vezes, também poder ser formada a partir de informações sociais<sup>92</sup>. À semelhança dos restantes apodos parte da imagem que comunidade tem do indivíduo.

Apesar de estabelecer esta divisão nem sempre a consegui aplicar de forma inequívoca. O vocabulário utilizado neste tipo de apelativo revelou-se por diversas vezes bastante opaco devido a diversos anacronismos<sup>93</sup> ou até desconhecimento da gíria aplicada. Ainda assim revelou-se evidente a diversidade que este tipo de apelativos comporta. As invocações multiplicam-se entre elementos da natureza, tanto animais<sup>94</sup>

---

<sup>88</sup>Diego Gonçálvez de Escapa (Vereações: fól. 8. p. 45); Diego Gonçálvez filho de Gonçalo Martinz de Escapa (Vereações: fól. 18. p. 70).

<sup>89</sup> Joham Afonso filho de Afonso do Ribeiro (LARN: fól. 57v. p. 83); Luiz filho de Afonso Pirez da Lomba (LARN: fól. 118. p. 152).

<sup>90</sup> Afonso Martinz Perna Britida (LARN: fól. 53. p. 80); Joham Afonso Orelhas (LARN: fól. 8. p. 30); Joham Crespo (LARN: fól. 48. p. 75).

<sup>91</sup> Joham Amigo de tras var (LARN: fól. 38v. 63); Martim Caa (LARN: fól. 121. p. 154) baseando-me no dicionário de Moraes o substantivo cão podia funcionar como adjetivo, caracterizando uma pessoa vil, tendo um carácter injurioso; Afonso Anes Canelo (LARN: fól. 53. p. 80) mais uma vez a partir do dicionário de Moraes podia caracterizar uma pessoa estúpida ou muito ignorante.

<sup>92</sup> Vasco Martinz Neto (LARN: fól. 72v. p. 103); Joham Annes o novo casado (LARN: fól. 111. p. 147).

<sup>93</sup> Como exemplo refiro: Afonso Lourenço Furamontes (LARN: fól. 9v. p. 31); Afonso Annes Bolo (LARN: fól. 52v.p. 80); Martim Motrico (LARN: fól. 80. p. 112) para todos eles não consegui encontrar qualquer referência ou possível definição, tanto no dicionário de Moraes, como no Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa. Contudo, dadas as suas características penso que não haja grande dúvidas acerca da sua função como alcunha.

<sup>94</sup> Afonso Cordeiro (LARN: fól. 158v. p. 192); Gonçalo Leytom (LARN: fól. 64. p. 93); Gonçalo Lobo (LARN: fól. 26. p. 49); Vasco Annes do Cavallo (Vereações: fól. 2v. p. 29).



como vegetais<sup>95</sup>, características físicas, psicológicas. Para além desta “divisão temática” podemos ainda estabelecer uma distinção entre as alcunhas com valor apreciativo<sup>96</sup>, depreciativo<sup>97</sup> e neutro<sup>98</sup>.

À semelhança do que tem vindo a ser descrito para os restantes elementos antroponímicos, há uma diferença abissal entre o número de registos masculinos em relação ao feminino no que diz respeito às alcunhas. Iria Gonçalves explica que a alcunha começou por ser aplicada ao universo masculino e que só depois passou a também ser utilizada nas mulheres, nunca atingindo valores tão elevados<sup>99</sup>. Paralelamente explica ainda que se verifica uma tendência para que as alcunhas femininas sejam mais contidas, sendo deste modo menos agressivas e depreciativas<sup>100</sup>.

A minha amostra confirma a primeira observação pois num total de 246 alcunhas as que correspondem ao sexo feminino resumem-se a 3,21%. Valor extremamente reduzido. Das oito alcunhas reunidas, duas partiram da observação fisionómica: “Senhorinha fea”<sup>101</sup> e a “manca, molher de Martim Afonso da Cernada”<sup>102</sup>. Ambos os casos surgem como particulares. O primeiro exemplo evidência uma característica negativa. O segundo, além de informar acerca de uma característica física não muito abonatória, enuncia uma mulher apenas a partir de uma alcunha, situação pouco recorrente, ainda que neste caso específico a indivíduo continue associada a uma figura masculina.

Paralelamente surge três casos que podem ser uma marca de transmissão. Refiro-me a “ferreira”<sup>103</sup>; “Maria Moutinha”<sup>104</sup> e “Maria Afonso alfaiata”<sup>105</sup>. O primeiro caso vai ao encontro do que anteriormente disse, mas contraria ainda mais a regra uma vez que a mulher surge completamente independente não existindo sequer referência ao seu nome de batismo. Contudo, tendo em conta a alcunha diria que a referência ao elemento masculino se encontra subentendido no apelativo. Ainda que seja reconhecida como ferreira é evidente que não exercia qualquer ofício desta ordem. Deste modo, penso que a feminização deste apelativo pode representar uma transmissão do ofício do pai ou esposo. Situação repetida nos outros exemplos elencados.

---

<sup>95</sup> Álvaro Ramos (LARN: fól. 160v. p. 194); Gonçalo Salgueyro (LARN: fól. 38v. p. 63); Martim Cidreyra (LARN: fól. 135v. p. 170); Afonso Annes Peregill (LARN: fól. 87. p. 118).

<sup>96</sup> Gonçalo de Bem (LARN: fól. 78. p. 110); Joham Ledo (Vereações: fól. 4v. p. 34).

<sup>97</sup> Afonso Dominguez Bexigoso (Vereações: fól. 7v. p. 44); Gil Despido (LARN: fól. 136v. p. 172); Alvaro da Enveja (LARN: fól. 66. p. 96).

<sup>98</sup> Domingos Carvalho (LARN: fól. 118. p. 152); Afonso Abrull (LARN: fól. 109v. p. 144).

<sup>99</sup> GONÇALVES, Iria – Maria, Catarina, e Tantas Outras... pp. 118 – 119.

<sup>100</sup> GONÇALVES, Iria – Maria, Catarina, e Tantas Outras... pp. 114 – 115.

<sup>101</sup> LARN: fól. 62. p. 90.

<sup>102</sup> LARN: fól. 79. p. 119.

<sup>103</sup> LARN: fól. 57v. p. 84.

<sup>104</sup> LARN: fól. 32v. p. 56.

<sup>105</sup> Vereações: fól. 35. p. 109.

O mesmo se deve verificar no caso de “Catarina Aranha”<sup>106</sup>, principalmente porque para esta alcunha consigo encontrar outros indivíduos que partilham este elemento havendo laços familiares entre eles. Refiro-me a “João Esteves aranha genro de Catarina aranha”<sup>107</sup>, a “Afonso Anes filho de João Esteves aranha”<sup>108</sup> e ainda “Diogo Afonso aranha”<sup>109</sup>. A partir desta alcunha consegui encontrar o caso mais sólido de transmissão de elementos antroponímicos existente ao longo de toda a minha fonte. Penso que posso admitir que esta alcunha, de significado variado<sup>110</sup>, é um exemplo concreto daquilo que começou a surgir neste período, ou seja a transmissão de elementos antroponímicos. Todavia temos que ter consciência de se tratar de uma família de estirpe superior no Porto. Ainda assim, penso que esta evidência não retira valor a minha afirmação na medida em que, Iria Gonçalves explica que a transmissão começou por se dar em famílias de maior importância.

### 4.3. Ofícios

Esta categoria é a mais fácil de identificar e, por isso, também a que levanta menos questões. Há, mais uma vez, uma grande disparidade entre o número de homens e mulheres que são individualizados a partir deste elemento. Do total apenas quatro são utilizados por mulheres<sup>111</sup>. Apesar das diferenças entre o número de elementos femininos em relação ao masculino, considero natural a percentagem das mulheres que são identificadas através do ofício, ser sempre menor. Em primeiro lugar porque, às mulheres, pelo menos oficialmente, estavam reservadas tarefas de menor exposição social, com exceção da venda de alguns bens alimentares ou ofícios relacionados com o têxtil. Como exemplo refiro “Margaryda Gonçallvez medideyra do pam”<sup>112</sup>. De modo a identifica-la há referência ao ofício que realizava. Porém, dadas as circunstâncias em que é invocada no livro de atas de vereação (informam o seu falecimento de modo a nomear uma nova responsável por esta tarefa), penso que não seria um elemento permanente, mas sim uma adjunção nominal mencionada naquele caso específico de modo a impedir equívocos. E em segundo porque, ainda que muitas vezes se dividissem

---

<sup>106</sup>Vereações: fól. 3. p. 30.

<sup>107</sup>Vereações: fól. 2v. p. 29.

<sup>108</sup>Vereações: fól. 17. p. 66.

<sup>109</sup>Vereações: fól. 2. p. 28.

<sup>110</sup> A partir da consulta do dicionário Moraes penso que o significado que mais faz sentido, enquanto apelativo será o de uma pessoa hesitante, que se embaraça facilmente ou que não tem desembaraço.

<sup>111</sup> Maria Mestra (LARN: fól. 73. p. 104); Domingas Abade (LARN: fól. 110v. p. 145); Joham Gonçalvez criado da abesa (LARN: fól. 50. p. 77); Margaryda Gonçallvez medideyra (LARN: fól. 35. p. 109).

<sup>112</sup> Vereações: fól. 35. p. 109.

em múltiplas atividades do quotidiano ou auxiliassem o homem na realização de diversos ofícios, raramente eram reconhecidas por isso.

Apesar desta organização social aparentemente bastante rígida, a realidade seria muito mais porosa, potenciada pela necessidade. Em caso de viuvez a mulher podia tomar a denteira, como observamos LARN. Porém, o facto de estas apenas figurarem na lista de cabaneiros pode demonstrar que a mulher nunca teria um estatuto equivalente ao homem, ainda que conseguisse estar sujeita ao pagamento de impostos.

O estatuto de viúva revela-se bastante interessante, acabando por ser pertinente ao estudo da antroponímia vigente. Como tive oportunidade de referir muitas são as mulheres que nos surgem no anonimato sob a figura de um homem. E mesmo aquelas que têm direito a ser mencionadas pelo nome próprio, muitas vezes não estão dispensadas dessa adjunção nominal. Na maioria das vezes é o esposo<sup>113</sup>, mas também registei casos onde a figura masculina é um filho<sup>114</sup>. Mesmo que estes homens já estejam falecidos, esta regra pode continuar a ser aplicada, realidade que só me é possível constatar através das referências às viúvas<sup>115</sup>.

Isto demonstra, antes de mais, uma sociedade extremamente misógina, com dicotomias entre o sistema antroponímico masculino e o feminino<sup>116</sup>. Todavia, é curioso verificar que ainda que estes modos de nomeação e tratamento oral, facilmente fossem adotados em registos escritos e com carácter oficial, na prática estas mulheres não eram desconhecidas para a sociedade onde estavam inseridas tendo uma participação ativa, mas condicionadas à imposição masculina.

Ainda que não tenha referência à possível viuvez de Maria Mestra<sup>117</sup> penso que esta o seria. Além de surgir na lista de cabaneiros, a feminização do adjetivo mestre pode indicar que foi casada com um homem que seria mestre de algum ofício.

---

<sup>113</sup> Registei 155 mulheres que de alguma forma são associadas aos esposos (“mulher de...”; “mulher que foi de...”; “viúva de...”). Desse total 143 não tem qualquer outro elemento senão o laço matrimonial não tendo, dessa forma, conhecimento do seu nome de batismo. A mulher que foy de Martim Rodriguez (LARN: fól. 32 p. 55); A mulher de Domingos de Bem (LARN: fól. 17v p. 39); Gonçalo Martinz que veo de Santiago de Vougado e casou com ha molher que foy d’ Afonso Lourenço que moreu (LARN: fól. 20 p. 42); A mulher que foy de Pedro Annes se veeo casar a Sam Lourenço de Azemes com Pero Dominguez (LARN: fól. 38 p. 62); Martinho da Oytava e a molher (LARN: fól. 130v p. 164).

<sup>114</sup> Encontrei apenas 5 casos onde esta relação se verifica: a may d’ Alvaro Ramos (LARN: fól. 20v p. 43); a may d’ Vasco Martinz (LARN: fól. 20v p. 43); a may de Joham Estevez (LARN: fól. 20v p. 43); a may de Alvaro Gonçalvez (LARN: fól. 20v p. 43); Maria Afonso may do Podre (LARN: fól. 63v. p. 92).

<sup>115</sup> No total da minha amostra consegui detetar 63 mulheres viúvas associadas ao marido falecido.

<sup>116</sup> Esta realidade está muito bem explicada no ensaio *Maria, Catarina e Tantas Outras...* de Iria Gonçalves.

<sup>117</sup> LARN: fól 73. p. 104.

Os poucos casos de apelativos relacionados com ofícios registados no feminino além de insignificantes numericamente revelam-se extremamente equívocos.

A diversidade de apelativos masculinos apoiados em atividades económicas é consideravelmente maior e diversificada. Podemos dividir as referências entre atividades económicas<sup>118</sup>, militares<sup>119</sup>, burocráticas<sup>120</sup> e eclesiásticas<sup>121</sup> sendo a primeira mais frequente. Os casos eclesiásticos associados ao LARN aparentam-se-me como dúbios, pois é estranho haver frades sujeitos ao pagamento deste tipo de imposto.

Apesar desta variedade, há ofícios mais invocados do que outros<sup>122</sup>, o que nos pode fornecer informações acerca das atividades mais concorridas e, por consequente, às necessidades destas comunidades. Ainda assim, estas repetições nunca atingem os vinte indivíduos. O ofício mais repetido é ferreiro<sup>123</sup>, sendo seguido pelo sapateiro<sup>124</sup> e pelo sacador<sup>125</sup>. É importante explicar que o valor dos indivíduos reconhecidos como sacadores surge-nos enviesado, na medida em que todos eles são mencionados no LARN que, sendo um documento de âmbito fiscal, tendencialmente evidência esta característica. Deste modo, arrisco-me a dizer que este elemento não teria valor de permanência nos nomes destes indivíduos.

Existe uma tendência para que os ofícios invocados pertençam a atividades associadas a confrarias ou até a atividades que exijam um elevado nível de especialização, como por exemplo picheleiro ou alfageme. Tendo em conta esta característica, penso que o apodo de ofício, para além de representar um elemento distintivo numa sociedade de homónimos dava um determinado reconhecimento social. Pois, atividades tidas como menos especializadas surgem de forma muito residual<sup>126</sup>.

## Conclusão

Depois de ter procurado demonstrar as características de cada um dos elementos antroponímicos em paralelo com as particularidades das fontes

---

<sup>118</sup> Afonso Martinz coqueiro (Vereações: fól. 41v. p. 126); Rodrigo Annes ourives (Vereações: fól. 5. p. 36); Afonso Fereyro (LARN: fól. 61. p. 89); Alvaro Martinz tecelam (LARN: fól. 111. p. 146); Joham Vaasquez picheleiro (Vereações: fól. 25. p. 85).

<sup>119</sup> Afonso Fernandez beesteiro (Vereações: fól. 24. p. 83).

<sup>120</sup> Joham Afonso escripvam (Vereações: fól. 6v. p. 41); Afonso Annes da leys (LARN: fól. 67. p. 98).

<sup>121</sup> Pero abade (LARN: fól. 45. p. 71); Martim Freyre (LARN: fól. 27. p. 50);

<sup>122</sup> Consultar tabela nº5 em anexo.

<sup>123</sup> Registei 19 indivíduos associados a este ofício. Afonso Fereyro (LARN: fól. 61. p. 89); mulher que foy de fereyro (LARN: fól. 90v. p. 122); Fernam Gonçalvez fereyro (LARN: fól. 29v. p. 53).

<sup>124</sup> Com 16 registos. Dominguez sapateiro (LARN: fól. 100v. p. 133); Joham Martinz sapateiro (LARN: fól. 124. p. 156); Gonçalo Estevez sapateiro (Vereações: fól. 36. p. 111).

<sup>125</sup> Com 10 indivíduos. Afonso do Outeiro sacador (LARN: fól. 41. p. 67); Pedro Gonçalvez sacador (LARN: fól. 124. p. 156); Diego Alvarez (LARN: fól. 6. p. 29).

<sup>126</sup> Apenas obtive um registo de uma atividade relacionada com a agricultura: Joham Martinho lavrador (LARN: fól. 10v. p. 32.).

selecionadas, a primeira conclusão a que pude chegar foi a de que, a antroponímia da região do Porto não é distinta da do restante território nacional.

De facto, ainda que aparentemente a antroponímia medieval se regesse pelo caos, conseguimos encontrar alguns vetores orientadores. Grosso modo, os nomes predominantes repetem-se, tal como o fenómeno de homonímia. Exemplo disso é, por exemplo, o facto de ainda que todos os nomes dos apóstolos tenham sido registados, com algumas exceções, nem todos apresentam valores tão altos como é o caso paradigmático do João e, em menor escala, de Pedro. Penso que conseguimos encontrar aqui uma consequência dos diferentes fenómenos de receção que um mesmo objeto, neste caso literário e religioso, pode ter dentro de uma sociedade. Juntos constituem um todo, mas não são conhecidos e reconhecidos da mesma forma. Para isto muito contribuiu a Igreja que consegui condicionar fortemente um aspeto tão mundano como é a dação do nome.

O número de antropónimos com dois elementos surge em paralelo com os compostos por três, situação particular de um século de transição como é o XV. Paralelamente, a influência da sociedade na formação do nome é indiscutível, estando tanto presente nos apodos, como também na utilização recorrente de informações acerca de relações, maioritariamente, familiares, mas também sociais. Isto demonstra a importância que a vida em comunidade tinha.

Esta imposição leva a que a oralidade tenha grande peso. Não existindo qualquer tipo de registo formal, o nome funcionava como uma construção que ia mudando no tempo e, na maioria das vezes, complexificando-se, de acordo com a necessidade de identificação.

Contudo, nada está no nome por acaso, tudo tem um propósito. Ainda que o objetivo final seja a distinção, o facto de uns elementos serem preferidos em relação a outros, demonstra que, procurava-se estabelecer diferenças, maioritariamente de cariz social. A antroponímia feminina surge como caso paradigmático desta realidade. Ainda que na teoria possuísse o mesmo tipo de regras na hora da dação do nome, na prática isso raramente se aplicava. Os elementos antroponímicos secundários estão muito mais desenvolvidos, ou pelo menos reconhecidos, no masculino do que no feminino. Simultaneamente, os laços familiares, sobretudo matrimoniais, surgem como elementos fundamental à antroponímia feminina.

Mesmo não sendo exceção não significa que este estudo seja impertinente. Em paralelo com as características, mais ou menos padronizadas, e já identificadas, são vários os casos onde tentei demonstrar exemplos de indivíduos que fugiam a norma. O caso mais evidente são os que apenas se encontram reconhecidos a partir da referência do nome próprio. Como acima procurei explicar, os casos femininos colocam-me mais

dúvidas, por surgiram em paralelo com um grupo considerável de mulheres completamente descaracterizadas e apenas identificadas através figura masculina. Não consigo chegar a nenhum tipo de conclusões. Todavia, casos como este fazem-me perceber que, por muito pouco que se conheça acerca da antroponímia medieval, muito menos é aquilo que percebemos acerca da posição da mulher nestas comunidades e, paralelamente, a tudo o que a ela está associado. Este trabalho corrobora a ideia de que as mulheres na Idade Média são uma força indispensável ao funcionamento da sociedade, mas que foram condenadas ao anonimato e desconhecimento por uma sociedade misógina, que em muitos casos não nos dá informação a algo tão elementar como o seu nome de batismo. Chegaram até nós apenas como esposas de alguém, ou na ausência de marido, à figura masculina mais próxima.

Ao mesmo tempo que acho imprescindível o desenvolvimento do estudo da antroponímia feminina, considero também bastante pertinente o estudo mais maturado acerca das múltiplas alcunhas que auxiliavam a nomeação neste período. Contudo, este trabalho revela-se particularmente difícil devido ao valor aparente deste elemento. Ainda que se procure chegar ao âmago do seu significado, dificilmente o conseguiremos, pois, sendo maioritariamente de proveniência oral, o seu sentido absoluto revela-se, muitas vezes, impossível de atingir. Porém afiguram-se-me indispensáveis nas tentativas de aproximação à mentalidade destes indivíduos e, por conseguinte, da sociedade.

Ainda que minoritárias, as exceções que fui referindo ao longo do trabalho, demarcam os matizes que existiam neste sistema antroponímico em franca construção. Se refletirmos acerca de todos os elementos que podiam figurar no nome medieval, encontramos uma espécie de “cartão de identificação fragmentado”, uma vez que todos os constituintes já eram utilizados, apenas não estavam organizados numa ordem precisa e sistemática. Considero que não se pode estabelecer uma divisão rígida entre a antroponímia medieval e a atual pois, à semelhança de muitos outros aspetos da humanidade, estes não são antagónicos, mas revelam sim uma longa continuidade. A maioria dos sobrenomes e apelidos que compõem os nossos nomes atuais surgiram neste período.

Na verdade, ainda hoje conseguimos encontrar reminiscências destas formas de nomeação, mais não seja em meios mais pequenos onde o nome dito oficial se confunde com o nome social e as alcunhas se sobrepõem ao nome do registo. A diferença é que nesta sociedade não existia tal distinção e por isso conseguimos encontrar as mais variadas formas de nomeação no mesmo documento, como procurei aqui demonstrar.

## Fontes Impressas

FERRAMOSCA, Fabiano; DUARTE, Luís Miguel- *Livro da abertura da Rua Nova*. Cascais: Patrimonia, 2001.

*Vereações 1431-1432 Livro I: Documentos e memórias para a história do Porto*, leitura, índice e notas de José Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto: Arquivo Histórico, 1985.

## Bibliografia

AMARAL, Luís Carlos; Duarte, Luís Miguel – Os Homens que Pagaram a Rua Nova. *In Revista de História*. Porto. Vol. VI (1985), pp. 7-96.

BARROS, Maria Filomena Lopes de - Nomear e ser nomeado. A onomástica dos muçulmanos portugueses no processo identitário. *In Minorias étnico religiosas na Península Ibérica: Período Medieval e Moderno*. Lisboa: Publicações Cidehus. (2008), pp. 309-322.

BEIRANTE, Maria Ângela Beirante – Onomástica Galega em duas cidades do sul de Portugal: Santarém e Évora. *In O ar da Cidade ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri. 2008.

BOURIN, Monique (dir.) – *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne. Études d'Anthroponymie Médiévale*. Tours: L' Université de Tours, 1997.

BRATTÖ, Olof – Filipe, Henrique e outros nomes próprios em Portugal e na Europa. Lisboa: Casa Portuguesa. 1958.

COSTA, Américo – *Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Tipografia Domingos Oliveira. 1929 – 1949. IX vol.

CORTESÃO, António A.- *Onomástico medieval português* Lisboa: Imprensa Nacional, 1912.

FRANCO, Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa -*O Couto de Sto. Tirso (1432-1516): antroponímia e socialidade*. Porto. 1995. 2 vol. Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Porto.

- TEMPOS E LUGARES DE MEMÓRIA: HOMENAGEM A DOM DOMINGOS DE PINHO BRANDÃO. I CONGRESSO SOBRE A DIOCESE DO PORTO, Porto, 2002 – *O Couto*

*de São João da Foz (1449 – 1497): antroponímia*: atas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

- Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (séc. XIV). Braga: Universidade do Minho. 2006. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Minho.

GOMES, Saul António - A antroponímica judaica de Leiria medieval (subsídios para o seu conhecimento). *História e Crítica*. nº. 13 (1986), pp.53-58.

GONÇALVES, Iria- Amostra de Antroponímia Alentejana no século XV. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte. 1988, pp. 69-98.

- Onomástica pessoal de Lisboa de Quinhentos. In *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. II série, nº LXXIX-LXXX (1973-1974).

- Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da idade média. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte. 1988, pp. 179-200.

- Identificação medieval: o nome dos dirigentes concelhios em finais de trezentos. *Revista Portuguesa de História*. vol. II (1996), pp.103-127.

- Do uso do patronímico na Baixa idade Média portuguesa. In *Carlos Alberto de Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1999, vol. I, pp.347-363.

- O nome próprio masculino no extremo norte de Portugal (séculos XII-XIII). In *Economia, sociedade e poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*: coord. por Leontina Ventura. Coimbra, 2002, pp.265-299.

- Entre o Masculino e o Feminino: Sistemas de Identificação nos Finais do Século XV. In *Em louvor da linguagem homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa: Edições Colibri. 2003, pp. 141-158.

- O corpo e o nome - o nome e o gesto (Notas de Antroponímia Medieval). In *O corpo e o gesto na civilização medieval*: coord. por Ana Isabel Buescu, João Silva de Sousa e Maria Adelaide Miranda. Lisboa: Edições Colibri. 2006, pp.36-56.

- Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média. *Medievalista* [on-line]. Nº5, (dezembro de 2008). [consultado 21.12.2016]. Disponível em <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>>.

- Linhas Mestras da Antroponímia medieval portuguesa. *Mediæ AEtas*. vol. IV (2010), pp.93-113.



- Entre Tarouca e Arouca: a identificação masculina nos séculos XI a XIII. *Beira Alta*. Vol. LXX-LXXI (2010), pp.49-110.

- O Nome. In *História da vida privada em Portugal*, dirig. por José Mattoso, vol I, *A Idade Média*, coord. por Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa: Temas e Debates. 2011, pp.198-225.

- *Maria, Catarina e Tantas Outras - Ensaio de Antroponímia Medieval*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. 2013.

LIBERATO, Marco - Antroponímia do concelho de Torres Novas nos finais da Idade Média. *Nova Augusta, Revista de Cultura*. nº. 18 (2006), pp.11-37.

MACHADO, José Pedro – *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1984.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá- Respiga de antroponímia na documentação medieval portuguesa de 1214 a 1234. In *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*: dirig. por Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, coord. por Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes. Lisboa: Caleidoscópio. 2009, pp. 553-561.

PIEL, Joseph Maria- Antroponímia germânica na Península Ibérica. In *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 129-148

- Sobre Mumadona e nomes de outras donas medievais. In *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 101-104.

- Toponímia germânica da Península Ibérica In *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 149-172.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) - *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994.

RODRIGUES, Carla Devesa- Por entre alcunhas e apodos medievais: entrever ruralidades na antroponímia torriense. In *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*: dirig. por Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, coord. por Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes. Lisboa: Caleidoscópio. 2009, pp. 531-538.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva - Antroponímia fronteiriça minhota no século XIII. In *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*: dirig. por

Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, coord. por Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes. Lisboa: Caleidoscópio. 2009. pp. 563-569.

- A onomástica, o indivíduo e o grupo. *Arquipélago História*. vol. VII (2003), pp. 229-242.

SILVA, António de Moraes – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10ª ed. Lisboa: Confluencia. 1959.

VASCONCELLOS, José Leite de- *Antroponímia portuguesa. Tratado comparativo da origem, classificação, e vida do conjunto de nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

## Anexos

Tabela 1: Nomes próprios

|            |     |            |   |
|------------|-----|------------|---|
| João       | 999 | Gervas     | 3 |
| Afonso     | 601 | Jorge      | 3 |
| Gonçalo    | 351 | Aldonça    | 3 |
| Vasco      | 235 | Francisco  | 3 |
| Martim     | 228 | Mécia      | 2 |
| Álvaro     | 205 | Mateus     | 2 |
| Pedro      | 185 | Gião       | 2 |
| Fernando   | 109 | Antónia    | 2 |
| Martinho   | 78  | Mendo      | 2 |
| Gil        | 65  | Bento      | 1 |
| Lourenço   | 62  | Teresa     | 1 |
| Estevão    | 59  | Egas       | 1 |
| Domingos   | 52  | Afonsinho  | 1 |
| Maria      | 50  | Gracido    | 1 |
| Diogo      | 49  | Fagundo    | 1 |
| Luís       | 40  | Gregório   | 1 |
| Rodrigo    | 29  | Luzia      | 1 |
| Senhorinha | 26  | Cristóvão  | 1 |
| António    | 26  | Marcos     | 1 |
| Margarida  | 23  | Digaminhos | 1 |
| Vicente    | 20  | Fernandes  | 1 |
| Catarina   | 18  | Jani       | 1 |
| André      | 15  | Clemente   | 1 |
| Lopo       | 14  | Pedrinhos  | 1 |
| Domingas   | 12  | Florença   | 1 |
| Rui        | 10  | Jacob      | 1 |
| Salvador   | 9   | Martina    | 1 |
| Gomes      | 7   | Aires      | 1 |
| Joana      | 6   | Grajel     | 1 |
| Clara      | 6   | Simão      | 1 |
| Leonor     | 6   | Joaninho   | 1 |
| Bartolomeu | 5   | Tomé       | 1 |
| Bras       | 5   | Abrão      | 1 |
| Estaço     | 5   | Vasques    | 1 |
| Inês       | 4   | Beta       | 1 |
| Aparicio   | 4   | Videls     | 1 |
| Nuno       | 4   | Miguel     | 1 |
| Constança  | 4   | Julio      | 1 |
| Guiomar    | 4   | Iria       | 1 |

|         |   |              |             |
|---------|---|--------------|-------------|
| Nicolau | 3 | Geraldo      | 1           |
| Viver   | 3 | <b>TOTAL</b> | <b>3689</b> |

**Tabela 2: Patronímicos**

|            |     |              |             |
|------------|-----|--------------|-------------|
| Anes       | 504 | Luís         | 3           |
| Afonso     | 375 | Salvado      | 3           |
| Martins    | 308 | Jorges       | 3           |
| Gonçalves  | 269 | Nunes        | 2           |
| Domingos   | 207 | Pais         | 2           |
| Vasques    | 136 | Bras         | 2           |
| Pires      | 129 | Cristoves    | 2           |
| Esteves    | 110 | Silvestre    | 2           |
| Lourenço   | 110 | Aparicio     | 2           |
| Fernandes  | 48  | João         | 2           |
| Vicente    | 36  | Tomé         | 1           |
| Rodrigues  | 33  | Júlio        | 1           |
| André      | 27  | Vaz          | 1           |
| Gil        | 27  | Merlães      | 1           |
| Alvares    | 26  | Baltar       | 1           |
| António    | 26  | Antónia      | 1           |
| Geraldes   | 17  | Vasco        | 1           |
| Domingues  | 14  | Baru         | 1           |
| Francisco  | 13  | Mendes       | 1           |
| Dias       | 9   | Nicolau      | 1           |
| Gomes      | 9   | Lopes        | 1           |
| Mateus     | 6   | Castro       | 1           |
| Estaço     | 6   | Simão        | 1           |
| Salvadores | 6   | Martinho     | 1           |
| Marcos     | 6   | Vaques       | 1           |
| Migueis    | 6   | Garcia       | 1           |
| Gervas     | 5   | Airas        | 1           |
| Bartolomeu | 5   | Jorge        | 1           |
| Marques    | 4   | Luca         | 1           |
| Nicolas    | 4   | Rebello      | 1           |
| Bernaldes  | 4   | Estevão      | 1           |
| Martim     | 3   | <b>TOTAL</b> | <b>2535</b> |
| Orcades    | 3   |              |             |

**Tabela 3: Ofícios**

|             |    |              |            |
|-------------|----|--------------|------------|
| Ferreiro    | 19 | Soqueiro     | 1          |
| Sapateiro   | 16 | Inquiridor   | 1          |
| Sacador     | 10 | Vendeiro     | 1          |
| Alfaiate    | 9  | Caldeireiro  | 1          |
| Moleiro     | 8  | Ferrador     | 1          |
| Carpinteiro | 8  | Capelão      | 1          |
| Tabelião    | 8  | Almotace     | 1          |
| Meirinho    | 7  | Lavrador     | 1          |
| Gaiteiro    | 7  | Tecelão      | 1          |
| Vigário     | 6  | Medeiro      | 1          |
| Ourives     | 6  | Coudel       | 1          |
| Escrivão    | 5  | Medideira    | 1          |
| Forneiro    | 4  | Picheleiro   | 1          |
| Carniceiro  | 4  | Almocreve    | 1          |
| Abade       | 4  | Piliteiro    | 1          |
| Tosador     | 4  | Esteireiro   | 1          |
| Mercador    | 4  | Pregoeiro    | 1          |
| Escudeiro   | 4  | Mercieiro    | 1          |
| Juiz        | 4  | Cordoeiro    | 1          |
| Cortidor    | 3  | Mestra       | 1          |
| Ouidor      | 2  | Seleiro      | 1          |
| Vedor       | 2  | Das leis     | 1          |
| Almoxerife  | 2  | Cotileiro    | 1          |
| Porteiro    | 2  | Cavaleiro    | 1          |
| Freire      | 2  | Tendeiro     | 1          |
| Tesoureiro  | 2  | Mordomo      | 1          |
| Alcaide     | 2  | Escolar      | 1          |
| Alfageme    | 2  | Contador     | 1          |
| Mestre      | 2  | Frade        | 1          |
| Tenoeiro    | 1  | Feitor       | 1          |
| Procurador  | 1  | Abadesa      | 1          |
| Pileteiro   | 1  | Padeiro      | 1          |
| Besteiro    | 1  | Latoeiro     | 1          |
|             |    | <b>Total</b> | <b>195</b> |

**Tabela 4: Alcunhas**

|          |    |              |   |           |   |              |   |
|----------|----|--------------|---|-----------|---|--------------|---|
| novo     | 16 | cão (do)     | 2 | boroços   | 1 | ligeiro      | 1 |
| pereira  | 10 | chasco       | 2 | prestes   | 1 | podre        | 1 |
| pequeno  | 9  | inveja (de)  | 2 | ferros    | 1 | lobo         | 1 |
| velho    | 7  | peixota (da) | 1 | queimado  | 1 | barroso      | 1 |
| correia  | 6  | vaninho      | 1 | borralho  | 1 | alho         | 1 |
| bem (de) | 6  | carvão       | 1 | rata (da) | 1 | própria (da) | 1 |

|            |   |             |   |               |   |              |            |
|------------|---|-------------|---|---------------|---|--------------|------------|
| delgado    | 6 | betas       | 1 | folha (da)    | 1 | loureiro     | 1          |
| neto       | 5 | Oitava (da) | 1 | cavalo (do)   | 1 | ancho        | 1          |
| gago       | 5 | cidreira    | 1 | furamontes    | 1 | macieira     | 1          |
| galego     | 5 | pisete      | 1 | sol (do)      | 1 | raposo       | 1          |
| carneiro   | 4 | bexigoso    | 1 | botas (das)   | 1 | camarão      | 1          |
| ramos      | 4 | senheiro    | 1 | trebucos      | 1 | rebolinho    | 1          |
| carvalho   | 3 | bispo       | 1 | branco        | 1 | manca        | 1          |
| madeira    | 3 | moutinha    | 1 | cego          | 1 | roxo (do)    | 1          |
| bom        | 3 | cordeiro    | 1 | branco        | 1 | manco        | 1          |
| romeu      | 3 | panasco     | 1 | motrico       | 1 | segunda (de) | 1          |
| aranha     | 3 | bodeiro     | 1 | garrote       | 1 | manso        | 1          |
| ferreira   | 3 | cardoso     | 1 | camelo        | 1 | sequilho     | 1          |
| preto      | 2 | costas      | 1 | godinho       | 1 | matos        | 1          |
| conde      | 2 | privado     | 1 | novo casado   | 1 | taborda      | 1          |
| salgueiro  | 2 | crespo      | 1 | branquinho    | 1 | mengachos    | 1          |
| fidalgo    | 2 | bervalho    | 1 | orelhas       | 1 | tortulho     | 1          |
| barba mea  | 2 | boloi       | 1 | grasinho      | 1 | mentira      | 1          |
| barbosinho | 2 | tolheiro    | 1 | palhãas       | 1 | trombel      | 1          |
| rapa       | 2 | alfaiata    | 1 | hucho         | 1 | migas        | 1          |
| acenço     | 2 | chamusca    | 1 | pão e água    | 1 | vegada       | 1          |
| coelho     | 2 | faiscas     | 1 | vieira        | 1 | molão        | 1          |
| galinho    | 2 | cão         | 1 | paz           | 1 | viaro        | 1          |
| orvalho    | 2 | fariseu     | 1 | vilhano       | 1 | molete       | 1          |
| grande     | 2 | amigo       | 1 | peneirada     | 1 | moreno       | 1          |
| calvo      | 2 | feia        | 1 | bucheiro      | 1 | vinte        | 1          |
| caspire    | 2 | passado     | 1 | peregil       | 1 | judeu        | 1          |
| despido    | 2 | fermosinho  | 1 | bulinho       | 1 | ledo         | 1          |
| abril      | 2 | capela      | 1 | perna partida | 1 | leitão       | 1          |
| rei        | 2 | ferraz      | 1 | leite         | 1 | <b>Total</b> | <b>246</b> |
| longo      | 2 | perro       | 1 | pimentel      | 1 |              |            |

Tabela 5: Laços

| Laços Sociais    |                 |            |
|------------------|-----------------|------------|
| Vizinhança       |                 | 34         |
| Criados          |                 | 18         |
| <b>SUBTOTAL</b>  |                 | <b>52</b>  |
| Laços Familiares |                 |            |
| Filiação         | Mãe             | 5          |
|                  | Pai             | 4          |
|                  | Filho           | 96         |
|                  | <b>Subtotal</b> | <b>103</b> |
| Matrimónio       |                 | 161        |
| Genro            |                 | 47         |
| Irmãos           |                 | 8          |

|                         |            |
|-------------------------|------------|
| Neto                    | 2          |
| Parceira <sup>127</sup> | 3          |
| <b>SUBTOTAL</b>         | <b>221</b> |
| <b>TOTAL</b>            | <b>533</b> |

---

<sup>127</sup> Não tenho a certeza do significado desta expressão, mas conheço pessoas que atualmente se referem aos pais do marido do filho/a como parceiros, assumindo até ao momento essa ideia para este caso encontrado.